



Coleção 10

© 2008, Editora Sundermann

A editora autoriza a reprodução de partes desse livro para fins acadêmicos e/ou de divulgação eletrônica, desde que mencionada a fonte.

Supervisão editorial: João Ricardo Soares

Produção editorial: Luiz Gustavo Soares

Revisão: Fausto e Bruno

Projeto gráfico: Kit Gaion

Capa: Carol Rodrigues

Editoração eletrônica: Oficina Anagrama

Versão digital - Editora Sundermann - 2015

Editora Sundermann

Avenida 9 de julho, 925 • 01313-000 • Bela Vista • São Paulo • Brasil
+55 -11 4304 5801 (tel)

vendas@editorasundermann.com.br • www.editorasundermann.com.br

William Felipe (org.)

AS CLASSES SOCIAIS NO CAPITALISMO

coletânea de textos

EDITORA
sundermann 

SUMÁRIO

- 07** Apresentação
- 51** Burgueses, proletários e comunistas
- 75** A ordem social capitalista
- 91** Sobre as greves
- 127** Sobre o programa
- 128** A socialização da sociedade
- 129** A libertação da mulher

- 130** O Dia da Mulher
- 131** Notas de iniciação marxista
- 132** O proletariado comercial e o trabalho produtivo
- 133** Cidadania como negação das classes
- 134** Racismo e mercado de trabalho
- 135** O acordo das montadoras
- 136** Bibliografia básica

APRESENTAÇÃO

Damos início à publicação dos Cadernos de Formação do ILAESE, agora dentro da Coleção 10 da Editora José Luís e Rosa Sundermann, com esta seleção de textos clássicos e de autores contemporâneos, que introduzem o leitor na análise marxista da sociedade capitalista.

Como funciona esta sociedade? Como se dá a exploração do trabalhador pelo capitalista? Como se definem as classes sociais? Sobre que bases se desenvolvem a luta de classes e a revolução socialista? A resposta a estas questões é parte importante da formação da consciência política classista, socialista e revolucionária. Elas suscitam também uma polémica permanente no interior do movimento sindical, popular e da juventude acerca dos caminhos a

tomar: intervir na luta de classes com a estratégia da revolução socialista ou pregar a conciliação entre burgueses e trabalhadores, visando a reforma e a “humanização” do capitalismo?

O estudo da teoria da luta de classes, ou seja, da concepção marxista da transformação social, é uma tarefa necessária para que a atual vanguarda das lutas dê um passo à frente, transformando-se em vanguarda revolucionária.

Os Diretores do ILAESE

**BURGUESES, PROLETÁRIOS E
COMUNISTAS**

Karl Marx

Friedrich Engels

extraído de:

Karl Marx¹ e Friedrich Engels², *Manifesto Comunista*,
publicado em 1848.

Burgueses e proletários³

A história de toda sociedade⁴ existente até hoje tem sido a história das lutas de classes.

Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor e servo, mestre de corporação e aprendiz, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre ou pela transformação revolucionária da sociedade inteira ou pela destruição das duas classes em luta.

Nas primeiras épocas históricas, verificamos, quase por toda parte, uma completa divisão da sociedade em classes distintas, uma escala graduada de condições sociais. Na Roma antiga encontramos patrícios, cavaleiros, plebeus,

escravos; na Idade Média, senhores, vassallos, mestres, aprendizes, servos; e, em cada uma destas classes, outras camadas subordinadas.

A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe. Ela só fez estabelecer novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta no lugar das antigas.

Entretanto, a nossa época, a época da burguesia, caracteriza-se por ter simplificado os antagonismos de classe. A sociedade divide-se cada vez mais em dois campos hostis, em duas grandes classes que se defrontam: a burguesia e o proletariado.

Dos servos da Idade Média nasceram os burgueses livres das primeiras cidades; desta população municipal, saíram os primeiros elementos da burguesia.

A descoberta da América e a circunavegação da África ofereceram à burguesia em ascensão um novo campo de ação. Os mercados da Índia e da China, a colonização da América, o comércio colonial, o incremento dos meios de troca e, em geral, das mercadorias imprimiram um impulso, desconhecido até então, ao comércio, à indústria, à navegação, e, por conseguinte, desenvolveram rapidamente o elemento revolucionário da sociedade feudal em decomposição.

A antiga organização feudal da indústria, em que esta era circunscrita a corporações fechadas, já não podia satisfazer as necessidades que cresciam com a abertura de novos mercados. A manufatura a substituiu. A pequena burguesia industrial suplantou os mestres das corporações; a divisão do trabalho entre as diferentes corporações desapareceu diante da divisão do trabalho dentro da própria oficina.

Todavia, os mercados ampliavam-se cada vez mais: a procura de mercadorias aumentava sempre. A própria manufatura tornou-se insuficiente; então, o vapor e a maquinaria revolucionaram a produção industrial. A grande indústria moderna suplantou a manufatura; a média burguesia manufatureira cedeu lugar aos milionários da indústria, aos chefes de verdadeiros exércitos industriais, os burgueses modernos.

A grande indústria criou o mercado mundial preparado pela descoberta da América: o mercado mundial acelerou prodigiosamente o desenvolvimento do comércio, da navegação e dos meios de comunicação por terra. Este desenvolvimento reagiu por sua vez sobre a extensão da indústria; e, à medida que a indústria, o comércio, a navegação, as vias férreas se desenvolviam, crescia a burguesia, multiplicando seus capitais e relegando ao segundo plano as classes legadas pela Idade Média.

Vemos, pois, que a própria burguesia moderna é o produto de um longo processo de desenvolvimento, de uma série de revoluções no modo de produção e de troca.

(...)

Na mesma proporção em que a burguesia, ou seja, o capital, se desenvolve, desenvolve-se também o proletariado, a classe dos trabalhadores modernos, que só podem viver se encontrarem trabalho, e só encontram trabalho na medida em que este aumenta o capital. Esses trabalhadores, que são obrigados a vender-se diariamente, são uma mercadoria, um artigo de comércio, sujeitos, portanto, aos altos e baixos da concorrência, às flutuações do mercado.

Devido ao uso intensivo da máquina e à divisão do trabalho, o trabalho proletário perdeu seu caráter individual e, por conseguinte, todo o seu atrativo. O produtor tornou-se um apêndice da máquina, que só requer dele a operação mais simples, mais monótona e mais fácil de aprender. Desse modo, o custo da produção de um operário se reduz, quase completamente, aos meios de subsistência de que ele necessita para viver e para perpetuar a raça. Mas o preço de uma mercadoria e portanto o do trabalho, equivale ao seu custo de produção. Logo, à medida que aumenta o caráter enfadonho do trabalho, o salário diminui. Mais ainda, à medida que se desenvolve

o maquinismo e a divisão do trabalho, cresce a quantidade de trabalho, seja pela prolongação das horas de trabalho, seja pelo incremento do trabalho exigido em um certo tempo, seja pela aceleração do movimento das máquinas etc.

A indústria moderna transformou a pequena oficina do antigo mestre de corporação na grande fábrica do capitalista industrial. Massas de operários, aglomerados nas fábricas, são organizadas como soldados. Como membros do exército industrial, estão subordinados à perfeita hierarquia de oficiais e suboficiais. Não são escravos exclusivos da classe e do Estado burgueses, mas diariamente e a cada hora são escravos da máquina, do contramestre e, sobretudo, do próprio dono da fábrica. Esse despotismo é tanto mais mesquinho, mais odioso e mais exasperador quanto maior é a franqueza com que proclame ter no lucro seu objetivo e seu fim.

O trabalho dos homens é tanto mais suplantado pelo das mulheres quanto menores são a habilidade e a força exigidas pelo trabalho manual, ou, em outras palavras, quanto mais se desenvolve a indústria moderna. As diferenças de idade e de sexo não têm importância social para a classe operária. Todos são instrumentos de trabalho, cujo preço varia segundo a idade e o sexo.

Depois de sofrer a exploração do fabricante e de receber o seu salário, o trabalhador torna-se presa fácil de outros membros da burguesia, do proprietário, do varejista, do usurário etc.

As camadas inferiores da classe média — os pequenos industriais, pequenos comerciantes e pessoas que possuem rendas, artesãos e camponeses — caem, pouco a pouco, no proletariado, em parte devido ao seu capital diminuto que não está à altura da indústria moderna, sucumbindo na concorrência, em parte porque sua habilidade profissional é desvalorizada pelos novos métodos de produção. Assim, o proletariado é recrutado em todas as classes da população.

(...)

O proletariado passa por diferentes fases de desenvolvimento. Logo que nasce começa sua luta contra a burguesia.

A princípio, empenham-se na luta operários isolados; mais tarde, operários de uma mesma fábrica; finalmente, operários do mesmo ramo de indústria, de uma mesma localidade, contra o burguês que os explora diretamente. Não se limitam a atacar as relações burguesas de produção, atacam os instrumentos de produção: destroem as mercadorias estrangeiras que lhes fazem concorrência, quebram as

máquinas, queimam as fábricas e esforçam-se para reconquistar a posição perdida do artesão da Idade Média.

Nessa fase, o proletariado constitui-se de uma massa disseminada por todo o país e dispersa pela concorrência. Se, por vezes, os operários se unem para agir em massa compacta, isto não é ainda o resultado de sua própria união, mas da união da burguesia que, para atingir seus próprios fins políticos, é levada a pôr em movimento todo o proletariado, o que ainda pode fazer provisoriamente. Durante essa fase, os proletários não combatem ainda seus próprios inimigos, mas os inimigos de seus inimigos, isto é, os restos da monarquia absoluta, os proprietários territoriais, os burgueses não-industriais, os pequenos burgueses.

Todo o movimento histórico está desse modo concentrado nas mãos da burguesia e qualquer vitória alcançada nessas condições é uma vitória burguesa.

Ora, a indústria, desenvolvendo-se, não somente aumenta o número dos proletários, mas os concentra em massas cada vez mais consideráveis; sua força cresce e eles adquirem maior consciência dela. Os interesses, as condições de existência dos proletários se igualam cada vez mais, à medida que a máquina extingue toda diferença do trabalho e quase por toda parte reduz o salário a um nível igualmente baixo. Em virtude da concorrência crescente

dos burgueses entre si e devido às crises comerciais que disso resultam, os salários se tornam cada vez mais instáveis; o aperfeiçoamento constante e cada vez mais rápido das máquinas torna a condição de vida do operário cada vez mais precária; os choques individuais entre o operário e o burguês tomam cada vez mais o caráter de choques entre duas classes. Os operários começam a formar uniões contra os burgueses e atuam em comum na defesa de seus salários; chegam a fundar associações permanentes a fim de se prepararem, na previsão daqueles choques eventuais. Aqui e ali a luta se transforma em motim.

Os operários triunfam às vezes; mas é um triunfo efêmero. O verdadeiro resultado de suas lutas não é o êxito imediato, mas a união cada vez mais ampla dos trabalhadores. Esta união é facilitada pelo crescimento dos meios de comunicação criados pela grande indústria e que permitem o contato entre operários de localidades diferentes. Ora, basta esse contato para concentrar as numerosas lutas locais, que têm o mesmo caráter em toda parte, em uma luta nacional, em uma luta de classes. Mas toda luta de classes é uma luta política. E a união que os habitantes das cidades da Idade Média levavam séculos a realizar, com seus caminhos vicinais, os proletários modernos realizam em alguns anos por meio das vias férreas.

A organização do proletariado em classe e, portanto, em partido político, é incessantemente destruída pela concorrência que fazem entre si os próprios operários. Mas renasce sempre, e cada vez mais forte, mais firme, mais poderosa. Aproveita-se das divisões internas da burguesia para obrigá-la ao reconhecimento legal de certos interesses da classe operária, como, por exemplo, a lei da jornada de dez horas de trabalho na Inglaterra.

(...)

De todas as classes que hoje se defrontam com a burguesia, apenas o proletariado é uma classe realmente revolucionária. As outras classes decaem e por fim desaparecem com o desenvolvimento da indústria moderna, mas o proletariado é seu produto mais autêntico.

As classes médias inferiores, os pequenos industriais, os pequenos fabricantes, os artesãos, os camponeses, todos lutam contra a burguesia para garantir sua existência como parte da classe média. Portanto, não são revolucionárias, mas conservadoras e, mais ainda, reacionárias, pois procuram fazer retroceder a roda da história. Se por acaso tornam-se revolucionárias é em consequência de sua iminente transferência para o proletariado; não defendem, pois, os seus interesses atuais, mas os futuros, abandonando seu próprio ponto de vista pelo do proletariado.

O lumpemproletariado, a escória da sociedade, esse produto passivo das camadas mais baixas da velha sociedade, pode, às vezes, ser arrastado ao movimento por uma revolução proletária; no entanto, suas próprias condições de existência o dispõem mais a se vender à reação.

Nas condições de existência do proletariado já estão destruídas as condições da antiga sociedade. O proletário não tem propriedade; suas relações com sua mulher e seus filhos não têm nada em comum com a família burguesa; o trabalho industrial moderno, a sujeição ao capital, tanto na Inglaterra quanto na França, tanto na América quanto na Alemanha, despojaram-no de todos os traços de caráter nacional. A lei, a moral, a religião são para ele preconceitos burgueses, atrás dos quais se ocultam outros tantos interesses burgueses.

Todas as classes que anteriormente conquistaram o poder procuraram fortalecer o seu status subordinando toda a sociedade às suas condições de apropriação. Os proletários não podem apoderar-se das forças produtivas sem abolir a forma de apropriação que lhes era própria e, portanto, toda e qualquer forma de apropriação. Nada têm de seu a salvaguardar; sua missão é destruir todas as garantias e seguranças da propriedade individual.

Todos os movimentos históricos precedentes foram

movimentos minoritários, ou em proveito de minorias. O movimento proletário é o movimento consciente e independente da imensa maioria, em proveito da imensa maioria. O proletariado, a camada inferior da nossa sociedade, não pode erguer-se, pôr-se de pé, sem fazer saltar todos os estratos superpostos que constituem a sociedade oficial.

No princípio, a luta do proletariado com a burguesia tem o caráter de uma luta nacional, não em sua essência, mas em sua forma. É claro que o proletariado de cada país deve primeiramente ajustar as contas com sua própria burguesia.

Esboçando em linhas gerais as fases do desenvolvimento do proletariado, descrevemos a guerra civil mais ou menos oculta, existente na sociedade atual, até a hora em que essa guerra explode numa revolução aberta e a derrubada violenta da burguesia estabelece a dominação do proletariado.

Até agora todas as sociedades se basearam, como vimos, no antagonismo entre as classes opressoras e as oprimidas. Mas para oprimir uma classe é preciso que lhe sejam asseguradas ao menos condições tais que lhe permitam uma existência de escravo. O servo, durante a servidão, conseguia tornar-se membro da comuna, assim como o pequeno burguês, sob o jugo do absolutismo feudal,

conseguiu elevar-se à categoria de burguês. O operário moderno, ao contrário, em vez de elevar sua posição com o progresso da indústria, desce cada vez mais abaixo das condições de existência de sua própria classe. Cai no pauperismo que cresce ainda mais rapidamente do que a população e a riqueza. Torna-se, então, evidente que a burguesia é incapaz de continuar sendo a classe dominante da sociedade, impondo como lei suprema suas próprias condições de existência. É incapaz de exercer seu domínio porque não pode mais assegurar a existência de seu escravo em sua escravidão, porque é obrigada a deixá-lo cair num estado tal que deve nutri-lo em lugar de se fazer nutrir por ele. A sociedade não pode mais existir sob o domínio da burguesia; em outras palavras, a sua existência doravante é incompatível com a sociedade.

A condição essencial para a existência e o domínio da classe burguesa é a formação e o crescimento do capital; a condição de existência do capital é o trabalho assalariado. Este se baseia exclusivamente na concorrência entre os trabalhadores.

O progresso da indústria, cujo agente involuntário é a própria burguesia, substitui o isolamento dos operários, resultando na sua associação. O desenvolvimento da indústria moderna, portanto, abala a própria base sobre

a qual a burguesia assentou seu regime de produção e de apropriação. O que a burguesia produz principalmente são seus próprios coveiros. Sua queda e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis.

Proletários e comunistas

(...)

A característica particular do comunismo não é a abolição da propriedade em geral, mas a abolição da propriedade burguesa. Mas a propriedade privada atual, a propriedade burguesa, é a expressão final do sistema de produção e apropriação que é baseado em antagonismos de classes, na exploração de muitos por poucos.

Nesse sentido, a teoria dos comunistas pode ser resumida nessa frase: abolição da propriedade privada.

Censuram-nos a nós comunistas por querer abolir o direito à propriedade pessoalmente adquirida como fruto do trabalho do indivíduo, propriedade que é considerada a base de toda a liberdade pessoal, de toda a atividade e independência.

A propriedade pessoal, fruto do trabalho e do mérito! Referem-se à propriedade do pequeno artesão e do camponês, forma de propriedade que antecedeu a propriedade

burguesa? Não há necessidade de aboli-la: o desenvolvimento da indústria já a destruiu em grande parte, e continua a destruí-la diariamente.

Ou se refere à propriedade privada atual, a propriedade burguesa? Mas o trabalho assalariado cria propriedade para o trabalhador? De modo algum. Cria capital, ou seja, aquele tipo de propriedade que explora o trabalho assalariado e que só pode aumentar sob a condição de produzir novo trabalho assalariado, a fim de explorá-lo novamente. A propriedade em sua forma atual baseia-se no antagonismo entre o capital e o trabalho assalariado. Examinemos os dois termos desse antagonismo.

Ser capitalista significa ocupar não somente uma posição pessoal na produção, mas também uma posição social. O capital é um produto coletivo e só pode ser posto em movimento pelos esforços combinados de muitos membros da sociedade ou, em última instância, pelos esforços combinados de todos os seus membros. O capital é, portanto, uma força social e não pessoal.

Portanto, quando se converte o capital em propriedade comum, em propriedade de todos os membros da sociedade, não é a propriedade pessoal que se transforma em social. Muda-se apenas o caráter social da propriedade, que perde sua vinculação de classe.

Passemos ao trabalho assalariado. O preço médio do trabalho assalariado é o salário mínimo, ou seja, a soma dos meios de subsistência necessários para que o operário viva como operário. Portanto, o que o operário obtém com o seu trabalho é apenas suficiente para conservar e reproduzir sua vida. De modo algum pretendemos abolir essa apropriação pessoal dos produtos do trabalho, indispensável à manutenção e reprodução da vida humana, pois essa apropriação não deixa nenhum lucro líquido que confira poder sobre o trabalho alheio. O que queremos suprimir é o caráter miserável dessa apropriação que faz com que o operário viva unicamente para aumentar o capital e na medida em que o exijam os interesses da classe dominante.

Na sociedade burguesa, o trabalho vivo é apenas um meio de aumentar o trabalho acumulado. Na sociedade comunista, o trabalho acumulado é apenas um meio de ampliar, de enriquecer, de promover a existência do trabalhador.(...)

Os comunistas não se rebaixam a dissimular suas idéias e seus objetivos. Declaram abertamente que seus fins só poderão ser alcançados pela derrubada violenta das condições sociais existentes. Que as classes dominantes tremam diante da revolução comunista! Os proletários nada têm a perder senão os seus grilhões. Têm um mundo a ganhar.

Proletários de todos os países, uni-vos!

A ORDEM SOCIAL CAPITALISTA

Nicolai Bukharin

Eugene Preobrazhenski

extraído de:

Nicolai Bukharin⁵ e Eugene Preobazhenski⁶, *ABC do Comunismo*⁷.

A produção de mercadorias

Quando examinamos como se desenvolve a produção numa ordem social capitalista, vemos que, antes de tudo, aí se produzem *mercadorias*. “Que há nisto de especial?” poderiam perguntar. O que há de especial é que a mercadoria não é um produto qualquer, mas um produto que se destina ao *mercado*.

Um produto não é uma mercadoria, desde que seja feito para atender à nossa própria necessidade.

Quando o camponês semeia o seu trigo, depois o colhe e o debulha, mói o grão e fabrica o pão para si mesmo, tal pão não é uma mercadoria, é simplesmente pão.

Só se tornará mercadoria quando vendido e comprado, isto é, quando for produzido para o comprador, para o mercado; pertencerá a quem o comprar.

No sistema capitalista, todos os produtos se destinam ao mercado, todos se convertem em mercadorias. Cada fábrica ou oficina, ordinariamente, só confecciona um produto, e esse produto, evidentemente, não é feito para a necessidade do fabricante.

Quando um empresário explora uma fábrica de caixões de defunto, é claro que tais caixões não são feitos para ele ou para a sua família, mas para o mercado. Quando um fabricante produz óleo de ricino, é claro também que, embora ele mesmo tenha constantemente indigestões, só guardará para si uma pequena quantidade do óleo produzido pela sua fábrica. No sistema capitalista, tudo se passa assim, seja qual for o produto.

Numa fábrica de botões produzem-se botões, mas esses milhões de botões não são fabricados para serem pregados no colete do fabricante, mas para venda: tudo o que é produzido na sociedade capitalista é produzido para o mercado; é para o mercado que vão as luvas e as lingüiças cozidas, os livros e a cera, os metais e a aguardente, o pão, o calçado e as armas; em resumo, tudo o que se produz.

A produção de mercadorias pressupõe, necessariamente, a existência da *propriedade privada*. O artesão ou o pequeno industrial que fabrica a mercadoria é proprietário da sua oficina e dos seus instrumentos de trabalho; o fabri-

cante ou o proprietário possui a sua fábrica ou a sua oficina, abrangendo todo o edifício, maquinaria etc. Mas, desde o instante em que existem propriedade privada e produção de mercadorias, sempre existe a luta em torno do comprador, isto é, concorrência entre os vendedores. Mesmo quando ainda não existiam fabricantes, grandes capitalistas, mas simples artesãos, estes últimos lutavam entre si para obter o comprador. E aquele que era mais forte, mais esperto, que tinha melhores instrumentos de trabalho, mas, sobretudo, aquele que tinha economizado dinheiro, sempre vencia, dominava o comprador, arruinava os demais artesãos e chegava à prosperidade. Por conseguinte, a pequena propriedade produtora de mercadorias já trazia em germe a grande propriedade, e já causava muitas ruínas.

Sendo assim, o primeiro traço característico da ordem social capitalista é a produção de mercadorias, a produção destinada ao mercado.

Monopólio dos meios de produção pela classe capitalista

Este caráter não é suficiente para definir o capitalismo. Pode existir uma produção de mercadorias sem capitalistas: por exemplo, a produção feita pelos pequenos

fabricantes. Estes produzem para o mercado e vendem os seus produtos; por conseqüência, os seus produtos são de fato mercadorias, e a sua produção uma produção de mercadorias. No entanto, trata-se de uma *produção simples de mercadorias, e não de uma produção capitalista*. Para que esta produção simples se transforme em produção capitalista, é preciso, de um lado, que os *meios de produção* (instrumentos, máquinas, edifícios, solo etc.) *se convertam em propriedade de uma classe pouco numerosa de poderosos capitalistas*, e, de outro lado, que um grande número de fabricantes independentes e de camponeses fique arruinados e se convertam em operários.

Já vimos que a produção comum de mercadorias contém em germe a ruína de uns e o enriquecimento de outros. Foi o que aconteceu, efetivamente, em todos os países, tendo-se arruinado quase todos os pequenos fabricantes e os pequenos patrões. Os mais pobres iam até à venda dos seus instrumentos de trabalho e os patrões convertiam-se em pessoas que só possuíam os seus braços. Os que eram um pouco mais ricos, cada vez mais o ficavam, transformavam e ampliavam as oficinas, instalavam numerosos operários e transformavam-se em capitalistas.

Pouco a pouco, esses ricos apoderaram-se de tudo quanto era necessário à produção: edifícios, máquinas,

matérias-primas, entrepostos e armazéns, casas, minas, ferrovias, navios. *Todos esses meios de produção tornaram-se propriedade exclusiva da classe capitalista (ou, como se diz, o “monopólio” dos capitalistas).* Um punhado de ricos possui tudo; uma imensa quantidade de pobres só possui os seus braços.

O monopólio da classe dos capitalistas sobre os meios de produção é o segundo traço característico do sistema capitalista.

O salário

Grande número de pessoas que ficaram sem a menor propriedade transformou-se em operários assalariados do capital. Que deveria fazer, com efeito, o camponês ou o fabricante arruinado? Das duas, uma: ou entrar como criado na casa de um proprietário agrícola, ou ir para a cidade a fim de trabalhar numa fábrica ou numa oficina. Não havia, para eles, outro caminho. Tal foi a origem do sistema salarial, *este terceiro traço característico da ordem social capitalista.*

O que é o sistema salarial? Antigamente, no tempo dos servos e dos escravos, podia-se vender ou comprar cada servo e cada escravo. Homens, com sua pele, seus cabelos, suas

pernas e seus braços, eram a propriedade privada de seus senhores. O senhor mandava chicotear, até à morte, o seu servo, assim como quebrava, por exemplo, quando embriagado, uma cadeira ou um tamborete. O servo ou o escravo não passava de uma simples coisa. Entre os antigos romanos, as propriedades necessárias à produção eram francamente divididas em “instrumentos de trabalho mudos” (as coisas), “instrumentos de trabalho semimudos” (os animais de carga, carneiros, vacas, bois etc.) e “instrumentos falantes” (os escravos, os homens). Uma pá, um boi, um escravo, eram para o senhor, indistintamente, instrumentos que ele podia vender, comprar, destruir.

No sistema salarial o homem, propriamente, não é vendido nem comprado. *O que é vendido ou comprado é a sua força de trabalho, e não ele mesmo.* O operário assalariado pessoalmente é livre; o fabricante não pode espancá-lo nem vendê-lo ao vizinho, não pode trocá-lo por um jovem cão de caça, como se fazia no tempo da servidão. O que o operário faz, propriamente, é *alugar* os seus serviços. Parece que o capitalista e o operário estão no mesmo pé de igualdade. “Se não quiseres, não trabalhes, ninguém te obriga a trabalhar”, dizem os patrões. Chegam mesmo a afirmar que sustentam os operários, fazendo-os trabalhar.

Na realidade, os operários e os capitalistas não se encontram no mesmo pé de igualdade. Os operários são acorrentados ao capital pela fome. A fome é que os obriga a empregar-se, isto é, a vender a sua força de trabalho. Para o operário, não existe outra escolha. Tendo as mãos vazias, não pode organizar a sua “própria” produção; que se procure, pois, fundir o aço, tecer, construir vagões, sem máquinas e sem instrumentos! Mas a própria terra, no sistema capitalista, pertence toda ela a particulares; ninguém pode instalar-se em qualquer parte para cultivá-la. A liberdade que tem o operário de vender a sua força de trabalho, a liberdade que tem o capitalista de comprá-la, a “igualdade” entre o capitalista e o operário — tudo isto é, de fato, uma cadeia de fome que *obriga o operário a trabalhar para o capitalista.*

Sendo assim, o sistema salarial consiste, essencialmente, na venda da força de trabalho ou *na transformação dessa força em mercadoria.* Na produção de mercadorias de forma simples, de que se tratou anteriormente, poder-se-ia encontrar no mercado pão, leite, tecidos, botas etc., mas nenhuma força de trabalho. Esta força não era vendida. O seu proprietário, o pequeno fabricante, possuía ainda, além dela, a sua casinha, os seus instrumentos. Ele mesmo é que trabalhava, utilizando a sua própria força na sua própria exploração.

Não se dá o mesmo no sistema capitalista, onde aquele que trabalha não possui nenhum meio de produção; não pode utilizar a sua força de trabalho em sua própria exploração; é obrigado, para não morrer de fome, a vendê-la ao capitalista. Ao lado do mercado em que se vende o algodão, o queijo e as máquinas, cria-se um mercado do trabalho em que os proletários, isto é, os operários assalariados, vendem a sua força de trabalho. *Conseqüentemente, o que distingue a produção capitalista da produção simples de mercadorias é que na produção capitalista a própria força de trabalho se converte em mercadoria.*

Assim, o terceiro traço característico do sistema capitalista é o trabalho assalariado.

Relações entre os homens na produção capitalista

Os traços característicos do sistema capitalista são três:
1) *a produção para o mercado (produção de mercadorias);*
2) *o monopólio dos meios de produção pela classe capitalista;*
3) *o trabalho assalariado, isto é, baseado na venda da força de trabalho.*

Mas, que relações têm os homens quando fabricam e repartem os produtos? Quando se fala de “produção de

mercadorias” ou de “produção para o mercado”, que significa isto? Significa que os homens trabalham uns para os outros, mas que cada um produz, por sua parte, para o mercado, sem saber quem lhe comprará a mercadoria. Suponhamos o pequeno fabricante A e o camponês B. O pequeno fabricante A leva ao mercado as botas que ele fabricou, vendendo-as para B; com o dinheiro recebido, ele compra pão de B. Quando se dirigia ao mercado, A não sabia que havia de encontrar B, um e outro iam, muito simplesmente, ao mercado. Quando A compra o pão e B as botas, parece que B tinha trabalhado para A e A para B; mas isto não se percebe assim, à primeira vista. A confusão do mercado é que os impede de ver que, na realidade, trabalham um para o outro e não podem viver um sem o outro. No sistema da produção de mercadorias, os homens trabalham uns para os outros. Conseqüentemente, neste sistema, as funções dos homens repartem-se de modo particular; os homens encontram-se *em certas relações mútuas*; trata-se, pois, aqui, de relações entre os homens.

Quando se fala do “monopólio dos meios de produção” ou do “trabalho assalariado”, trata-se, igualmente, de relações entre os homens. E, com efeito, que significa esse “monopólio”? Significa que os homens, fabricando

os produtos com meios de produção de que não são proprietários — os trabalhadores — estão sujeitos aos possuidores desses meios, isto é, aos capitalistas. Em resumo, trata-se também de relações entre os homens na fabricação dos produtos. Essas relações entre os homens, no curso da produção, chamam-se *relações de produção*.

Não é difícil verificar que as relações de produção não foram sempre as mesmas. Houve um tempo em que os homens viviam em pequenas comunidades, trabalhavam em comum, como camaradas; iam à caça, à pesca, colhiam os frutos e as ervas, e, a seguir, dividiam tudo isto entre si. Era uma forma de relações de produção. No tempo da escravidão, havia outras relações de produção. No sistema capitalista, existem ainda outras relações, e assim por diante. Por conseguinte, há *diversas espécies de relações de produção*. São denominadas *estrutura econômica* da sociedade ou modos de produção.

“As relações capitalistas de produção”, ou antes, a “estrutura capitalista da sociedade”, são as relações existentes entre *os homens na produção das mercadorias, efetuadas com meios de produção monopolizados por um punhado de capitalistas e com o trabalhador assalariado da classe operária*.

A exploração da força de trabalho

Uma pergunta se impõe. Com que fim a classe capitalista contrata operários? Todo mundo sabe que não é, de nenhum modo, porque os fabricantes desejam sustentar os operários esfomeados, mas sim porque querem *tirar lucro deles*. Tendo em vista que o lucro é que contrata operários, tendo em vista que o lucro é que fareja os lugares em que se vende mais caro, o lucro dirige todos os seus cálculos. Nisto, também, existe um aspecto curioso da sociedade capitalista. Não é a própria sociedade que produz, com efeito, o que lhe é necessário e útil, mas sim a classe dos capitalistas é que obriga os operários a produzir o que se paga mais caro, aquilo de que ela pode tirar o maior lucro. A aguardente, por exemplo, é uma coisa muito prejudicial, e só se deveria fabricar o álcool para aplicações técnicas e medicinais. E, no entanto, em todo o mundo há capitalistas que consagram todas as suas energias à fabricação da aguardente. Por quê? Porque se pode tirar um grande lucro da embriaguez do povo.⁸

Precisamos explicar, agora, como se forma o lucro. Para isto, encaremos mais de perto a questão. O capitalista recebe o seu lucro sob a forma de dinheiro, ao vender a mercadoria produzida na sua fábrica. Que soma recebe

ele? Depende do *preço da mercadoria*. Mas quem é que fixa esse preço? Por que o preço é alto para certas mercadorias e baixo para outras? Uma coisa é fácil de observar: quando, numa indústria qualquer, introduzem-se novos maquinários e o trabalho se tornou vantajoso, ou como se diz, mais *produtivo*, o preço das mercadorias baixa. Pelo contrário, quando a produção é difícil e se produzem menos mercadorias, o trabalho é menos produtivo, e o preço das mercadorias sobe.

Se a sociedade emprega, em média, muito trabalho para fabricar uma mercadoria, o preço desta última é elevado; se o trabalho foi menor o preço é baixo. *A quantidade de trabalho social fornecida por uma técnica média* (isto é, por máquinas e instrumentos que, sem serem os melhores, não são os piores) *e empregada para a produção de uma mercadoria, determina o valor* (ou o custo dessa mercadoria). Vemos, agora, que o preço é fixado pelo valor. Na realidade, o preço é ora mais elevado, ora mais baixo que o valor, mas para simplificar, podemos admitir que valor e preço são iguais.

Lembre-mo-nos, agora, do que dissemos a respeito do contrato dos operários: contratar é comprar uma mercadoria particular — *a força de trabalho*. Mas, uma vez que a força de trabalho é convertida em mercadoria, tudo o que se

refere às mercadorias lhe é aplicável. Quando o capitalista contrata um operário, paga-lhe o preço ou, para simplificar, o valor da sua força de trabalho. Por que meio este valor é determinado? Vimos que para todas as mercadorias ele é determinado pela quantidade de trabalho empregada em produzi-las. Assim também, no que diz respeito à força de trabalho.

Que se entende por produção da força de trabalho? A força de trabalho não se produz numa fábrica; não é tecido, nem graxa, nem máquina. O que se entende por sua produção.

Basta observar a vida real no sistema capitalista para compreender do que se trata. Suponhamos que os operários tenham terminado seu trabalho. Estão muito cansados, não têm força, não podem trabalhar mais. Quase que se esgotou a sua força de trabalho. É preciso comer, descansar, dormir, refazer o organismo, e desta maneira, “reconstituir as forças”. Em seguida é que reaparece a possibilidade de trabalhar, reconstituindo-se a força de trabalho.

A alimentação, a roupa, o alojamento etc., em suma, *a satisfação das necessidades do operário é que representa a produção da força de trabalho*. É preciso, porém, juntar a isto elementos tais como as despesas de aprendizagem, em se tratando de operários qualificados.

Tudo o que a classe operária consome a fim de renovar a sua força de trabalho tem um valor; conseqüentemente, o valor dos gêneros alimentícios, bem como os gastos com a formação profissional, eis o que *constitui o valor da força de trabalho*. Para mercadorias diferentes corresponde valor diferente. Assim, também, cada espécie de força de trabalho tem o seu valor; a força de trabalho de um tipógrafo é diferente da de um servente de pedreiro, e assim por diante.

Tratemos, de novo, da fábrica. O capitalista compra a matéria-prima, o combustível, as máquinas, o lubrificante e outras coisas indispensáveis; em seguida, ele compra a força do trabalho, “contrata operários”. Tudo isto ele faz com dinheiro à vista. Começa a produção. Os operários trabalham, as máquinas rodam, consome-se o combustível, gasta-se o óleo, o edifício estraga-se, esgota-se a força de trabalho. Em compensação, da fábrica sai uma nova mercadoria. Essa mercadoria, como todas as mercadorias, tem um valor. Qual é o seu valor? Em primeiro lugar, a mercadoria absorveu o valor dos meios de produção que foram gastos para ela: a matéria-prima, o combustível consumido, o uso das máquinas etc. Tudo isto faz, agora, parte do valor da mercadoria.

Em segundo lugar, entrou nela o trabalho dos operários.

De trinta operários, cada um trabalhou trinta horas no seu fabrico. Isto faz um total de 900 horas de trabalho; portanto, o valor [total será a soma do valor] das matérias gastas (suponhamos, por exemplo, que este valor seja igual a 600 horas de trabalho) e do valor novo que os operários lhe ajuntaram com o seu trabalho (900 horas), o que quer dizer que ele será de 600 mais 900, 1.500 horas de trabalho.

Mas, quanto custa a mercadoria ao capitalista? Este pagou totalmente a matéria-prima, isto é, uma soma correspondente, quanto ao seu valor, a 600 horas de trabalho. E a força de trabalho? Ele, por acaso, pagou integralmente as 900 horas? Este é o nó da questão. Ele pagou, de acordo com o que supusemos, todo o valor da força de trabalho em razão dos dias de trabalho. Quando 30 operários trabalham trinta horas durante três dias, ou seja, dez horas por dia, o fabricante paga a quantia necessária para a reconstituição da sua força de trabalho em razão destes três dias. Que quantia é esta? A resposta é simples: ela é muito inferior ao valor de 900 horas. Por quê? Porque uma coisa é a quantidade de trabalho necessária ao sustento de minha força de trabalho, e outra coisa, muito diferente, é a quantidade de trabalho que posso fornecer.

Posso trabalhar dez horas por dia. E para comer, vestir-me etc., preciso, para um dia, de objetos de valor igual

a cinco horas. Por conseguinte, posso trabalhar muito mais que o necessário para o sustento da minha força de trabalho. Dentro do nosso exemplo, admitamos que os operários só gastam, para alimentar-se, vestir-se etc., durante três dias, produtos de um valor de 450 horas de trabalho, fornecendo um trabalho de 900 horas: ficam 450 horas para o capitalista, *formando precisamente a fonte do seu lucro.*

Na realidade, a mercadoria custa ao capitalista, como vimos 600 mais 450, 1.050 horas; ele a vende por um valor de 600 mais 900, 1.500 horas; as 450 horas são a mais-valia criada pela força de trabalho. Segue-se daí que os operários trabalham a metade do seu tempo (são cinco horas num dia de dez horas) para reconstituir o que eles gastam para si mesmos, e a outra metade é empregada por eles, inteiramente, para o capitalista.

Consideremos, agora, a sociedade inteira. Porque não é o que individualmente faz o fabricante ou o operário que nos interessa. O que nos interessa é o *mecanismo desta máquina gigantesca que se chama sociedade capitalista.* A classe capitalista faz trabalhar a classe operária, numericamente formidável. Em milhares de fábricas, nos poços das minas, nas florestas e nos campos, trabalham, como se fossem formigas, milhões de operários.

O capitalista paga-lhes, a título de salário, o valor da força de trabalho, valor este que se destina à renovação desta mesma força de trabalho em favor dele, capitalista. A classe operária não recebe integralmente o produto do seu trabalho: *ela cria a renda das classes superiores, cria a mais-valia*. Esta mais-valia vai para o bolso dos patrões por milhares de canais. Uma parte é embolsada pelo próprio capitalista, é o seu lucro de empresário; outra parte é embolsada pelo proprietário e possuidor da terra; outra vai ter, sob a forma de impostos, às mãos do Estado capitalista; e outra aos donos de lojas, mercearias, às igrejas, aos atores e aos palhaços, aos escritores burgueses etc. À custa dessa mais-valia, vivem todos os parasitas chocados pela galinha de ouro da ordem social capitalista. Uma parte dessa mais-valia é, por sua vez, utilizada pelos capitalistas. O seu capital cresce. Aumentam as empresas, contratam mais operários. Adquirem novas máquinas. Maior número de operários fornece-lhes uma mais-valia ainda maior. Cada vez mais vastas ficam as empresas capitalistas. Assim, a cada minuto progride o capital, acumulando mais-valia. O capital, sugando a mais-valia dos trabalhadores, explorando-os, cresce continuamente.

O capital

Vemos agora, claramente, *o que é o capital*. É, antes de tudo, um valor determinado, seja sob a forma de dinheiro, de máquinas, de matérias-primas, de edifícios, de fábricas, seja sob a forma de produtos fabricados. Mas se trata de um valor que serve para produzir um novo valor: a mais-valia. *O capital é um valor que produz a mais-valia. A produção capitalista é a produção da mais-valia.*

Na sociedade capitalista, as máquinas, os edifícios, representam um capital. Mas são sempre capital? Não. Se existisse um sistema fraternal de produção para toda a sociedade, nem as máquinas nem as matérias-primas seriam capital, porque não serviriam para extrair lucro em benefício de um punhado de ricos. Por isso, as máquinas, por exemplo, só se transformam em capital na medida em que são a propriedade privada da classe dos capitalistas e servem para explorar o trabalho assalariado, para produzir a mais-valia.

Não tem importância a *forma* desse valor; tanto ele pode consistir em pequenas moedas de ouro, como em papel-moeda e é com ele que o capitalista compra os meios de produção e a força de trabalho; esse valor pode, também, assumir a forma de máquinas, com as quais trabalham os

operários, ou de matérias-primas, que eles convertem em mercadorias ou ainda de produtos manufaturados que serão vendidos mais tarde. *Desde o momento em que esse valor serve para a produção da mais-valia, trata-se do capital.*

De ordinário, o capital só deixa uma forma para tomar outra. Vejamos como se opera esta transformação:

I — O capitalista ainda não comprou força de trabalho, nem meios de produção. Mas anseia por contratar operários, procurar máquinas, adquirir matérias-primas, carvão em quantidade. Nesse momento, ele nada tem, a não ser o dinheiro. O capital apresenta-se aí *sob a forma de moeda.*

II — Com esse dinheiro, o capitalista vai ao mercado (está visto que não o faz pessoalmente, porque tem para isso o telefone, o telégrafo etc.). Uma vez aí, dá-se a compra dos meios de produção e da força de trabalho. O capitalista volta à fábrica sem dinheiro, mas com operários, máquinas, matérias-primas, combustível. Todas essas coisas, agora, já não são mercadorias. Deixaram de ser mercadorias, pelo fato de não se prestarem à venda. O dinheiro foi transformado em meios de produção e em força de trabalho, perdendo o seu aspecto monetário. O capital apresenta-se agora *sob a forma de capital industrial.*

Em seguida, começa o trabalho. As máquinas entram em ação, as rodas giram, as alavancas funcionam, os

operários e as operárias suam em bica, as máquinas se gastam, as matérias-primas diminuem, a força de trabalho se esgota.

III — Então, todas essas matérias-primas, o uso das máquinas, a força de trabalho em ação, transformam-se, pouco a pouco, em pilhas de mercadorias. Desta vez, o capital deixa o aspecto material de instrumento de fabricação e aparece como uma pilha de mercadorias. É o capital *sob sua forma comercial*. Mas não só mudou de aspecto como também *aumentou de valor, porque, no curso da produção, foi acrescida da mais-valia*.

IV — Não obstante, o capitalista não faz produzir mercadorias para seu uso pessoal, mas sim para o mercado, para a venda. O que acumulou no seu depósito tem que ser vendido. A princípio, o capitalista ia ao mercado na qualidade de comprador; agora, deve ir como vendedor. No princípio, tinha o dinheiro em mãos e queria adquirir mercadorias (os meios de produção); agora ele tem nas mãos as mercadorias e quer obter dinheiro. Quando a mercadoria é vendida, o capital passa novamente *de sua forma comercial para sua forma monetária*. Mas a quantidade de dinheiro recebida pelo capitalista não é a que ele havia dado no começo, porque *ela cresceu com o excedente da mais-valia*.

Mas ainda não terminou a circulação do capital. O capital aumentado é novamente posto em movimento e adquire uma quantidade ainda maior de mais-valia. Essa mais-valia junta-se em parte ao capital e começa um novo ciclo, e assim consecutivamente. O capital, como se fosse uma bola de neve, rola sem cessar, e, em cada volta, uma quantidade crescente de mais-valia se lhe ajunta. Isto quer dizer que a produção capitalista cresce e alarga-se.

Eis como o capital tira a mais-valia da classe operária e vai infiltrando-se em toda a parte. O seu crescimento rápido se explica pelas suas qualidades particulares. É verdade que a exploração de uma classe por outra já existia antes. Mas tomemos como exemplo um proprietário agrícola no tempo da servidão, ou um senhor de escravos na antiguidade. Eles oprimiam os servos ou escravos. Tudo o que estes produziam, era comido pelos senhores, e bebido por eles. A produção das mercadorias era muito fraca e não se podia vender em parte alguma. Se os proprietários ou os senhores tivessem querido obrigar os servos ou os escravos à produção de montanhas de pão, de carne, de peixe etc., tudo isto apodreceria. A produção limitava-se, então, a satisfazer as necessidades do proprietário e da sua comitiva. O mesmo não se dá no sistema capitalista. Nele não se produz para a satisfação das necessidades, e

sim para o lucro. Produz-se a mercadoria para vendê-la, realizar ganhos, *acumular* lucro. Quanto maior for o lucro, tanto melhor. Daí essa corrida insensata da classe capitalista em busca do lucro. Esta sede de lucros não tem limites. Ela é o eixo, o motor principal da produção capitalista.

A dependência do proletariado, o exército de reserva, o trabalho das mulheres e das crianças

Massas cada vez maiores da população se transformam, sob a ordem social capitalista, em operários assalariados. Artesãos arruinados, trabalhadores a domicílio, camponeses, comerciantes, capitalistas médios em falência, em suma, todos os que foram jogados à margem ou encurralados pelo grande capital caem nas fileiras do proletariado. À medida que as riquezas se concentram nas mãos de um punhado de capitalistas, o povo se transforma cada vez mais em escravo assalariado dos primeiros.

Graças à ruína contínua das camadas das classes médias há sempre mais operários do que precisa o capital. Por isso é que o operário está acorrentado ao capital. Ele é obrigado a trabalhar para o capitalista. Se não o quer, há outros para lhe tomarem o lugar.

Mas essa dependência não se consolida somente pela ruína de novas camadas da população. O domínio do capital sobre a classe operária cresce ainda com o fato de serem atirados continuamente à rua, pelo capital, os operários de que ele já não precisa, constituindo-se, assim, uma reserva de força de trabalho. Como se dá isto? Já vimos que cada fabricante procura reduzir o preço líquido das mercadorias. Para isto, ele introduz, cada vez mais, novas máquinas. Mas a máquina, em regra geral, substitui o operário, torna inútil uma parte dos operários. Uma nova máquina numa fábrica quer dizer que uma parte dos operários é despedida e fica sem trabalho. Mas como novas máquinas são introduzidas continuamente num ramo da indústria ou noutro, é claro que no sistema capitalista há sempre, fatalmente, operários sem trabalho. Isto porque o capitalista não se preocupa em dar trabalho a todos os operários, nem tampouco em fornecer mercadorias a todos, mas *em obter o maior lucro possível*. Naturalmente, ele despedirá os operários que já não são capazes de lhe dar o mesmo lucro que antes.

E, efetivamente, nas grandes cidades de todos os países capitalistas sempre vemos grande número de desocupados. Nelas se acotovelam operários chineses ou japoneses, antigos camponeses arruinados, vindos do fim do mundo

para procurar trabalho, antigos lojistas ou pequenos fabricantes; mas aí encontramos também metalúrgicos, tipógrafos, tecelões, que, havendo durante longo tempo trabalhado nas fábricas, foram delas expulsos pelas novas máquinas. Tomados em conjunto, formam uma reserva de forças de trabalho para o capital, ou, como disse K. Marx, o *exército industrial de reserva*. A existência desse exército, a permanência da falta de trabalho, permite aos capitalistas aumentar a dependência e a opressão da classe operária. O capital, graças às máquinas, consegue subtrair de uma parte dos operários mais ouro do que antes; quanto aos outros, ficam na rua. Mas mesmo na rua eles servem aos capitalistas de chicote para estimular os que trabalham.

O exército industrial de reserva oferece casos de embrutecimento completo, de miséria, de fome, de grande mortalidade, e até mesmo de criminalidade. Aqueles que, durante anos, não puderam encontrar trabalho, tornando-se gradativamente bêbados, vagabundos, mendigos etc.

Nas grandes cidades: em Londres, Nova Iorque, Hamburgo, Berlim, Paris, existem bairros inteiros habitados pelos sem-trabalho dessa espécie. O mercado de Chitrov, em Moscou, pode servir de exemplo. Em lugar do proletariado, forma-se uma nova camada desabituada

ao trabalho. Essa camada da sociedade capitalista chama-se, em alemão, *Lumpenproletariat* (lumpemproletariado): proletariado maltrapilho.

A introdução das máquinas fez surgir, igualmente, o *trabalho das mulheres e das crianças*, trabalho mais econômico e, portanto, mais vantajoso para o capitalismo. Antes das máquinas, era necessária certa habilidade manual; algumas vezes, era preciso fazer uma longa aprendizagem. Agora, certas máquinas podem ser manobradas até por crianças, que só têm de levantar o braço ou mover o pé até que se cansem. Eis porque as máquinas difundiram o trabalho das mulheres e das crianças.

(...)

Assim, na sociedade capitalista, à medida que se inventam novas máquinas, mais aperfeiçoadas, e se constroem fábricas cada vez maiores e cresce a produtividade, aumentam paralelamente a pressão do capital, a miséria e os sofrimentos do exército industrial de reserva, a dependência da classe operária para com seus exploradores.

Se não existisse a propriedade e se tudo pertencesse a todos, o quadro seria muito diferente. Os homens reduziriam, muito simplesmente, seu dia de trabalho, poupariam suas forças, diminuiriam seu sofrimento, pensariam no repouso. Mas, quando o capitalista introduz as máquinas,

só pensa no *lucro*; não reduz o dia de trabalho, porque perderia com isto. No domínio do capital, a máquina não liberta o homem, torna-o escravo.

Com o desenvolvimento do capitalismo, uma parte cada vez maior do capital é destinada às máquinas, aparelhos, construções de toda a sorte, aos enormes alto-falantes etc.; pelo contrário, uma parte cada vez menor vai para o salário dos operários. (...) E isto significa que a procura da *mão-de-obra* aumenta menos rapidamente do que o número das pessoas arruinadas, convertidas em proletários. Quanto mais se desenvolve a técnica, sob o capitalismo, mais aumenta a pressão do capital sobre a classe operária, porque se torna cada vez mais difícil encontrar trabalho.

A anarquia da produção, a concorrência e as crises

A miséria da classe operária cresce na medida do desenvolvimento da técnica que, sob o capitalismo, em lugar de ser útil a todos, traz lucro para o capital, mas conduz à falta de trabalho e à ruína de muitos operários. E esta miséria aumenta ainda mais por outras razões.

Vimos, mais acima, que a sociedade capitalista está muito mal construída. Nela domina a propriedade privada,

sem nenhum plano geral. Cada fabricante dirige sua empresa independentemente dos outros. Ele, pelo contrário, disputa o comprador aos outros: está em “concorrência” com eles.

Essa luta aumenta ou diminui com o desenvolvimento do capitalismo? À primeira vista, pode parecer que diminui. Com efeito, o número dos capitalistas diminui sem cessar; os grandes devoram os pequenos; outrora, dezenas de milhares de proprietários, de empresas lutavam entre si, a concorrência era feroz; hoje, poder-se-ia crer que [com] os rivais sendo muito menos numerosos, a luta deveria ser menos encarniçada. Na realidade, nada disto se dá. O contrário, justamente, é que é verdadeiro. É verdade que os rivais são menos numerosos, mas cada um deles tornou-se *maior e mais poderoso*. E a luta não diminuiu, mas aumentou; não acalmou, mas se encarniçou ainda mais. Basta que em cada país não exista mais do que um punhado de capitalistas para que entre estes países capitalistas rebente a luta. Chegamos finalmente a este ponto. A rivalidade se dá atualmente entre enormes associações de capitalistas, entre os Estados. E não lutam apenas pela baixa de preços, mas sim pela força das armas. A concorrência, à medida que se desenvolve o capitalismo, só faz *diminuir o número dos rivais*, mas se torna sempre *mais encarniçada e mais destruidora*.

É necessário frisar ainda um sintoma: as crises. Que são essas crises? Eis o que são: um belo dia, percebe-se que tais mercadorias foram produzidas em quantidade excessiva. Os preços baixam, porque não há escoamento. Os armazéns ficam abarrotados de produtos que não podem ser vendidos: não há compradores para eles; e, enquanto isso, há muitos operários famintos, recebendo salários miseráveis e podendo comprar menos do que anteriormente. Então, é a miséria. Num ramo de produção, primeiro são as médias e as pequenas empresas que abrem falência e fecham as portas; depois, chega a vez das grandes. Mas cada indústria depende de uma outra, todas são clientes umas das outras. Por exemplo, as empresas de confecção compram o pano aos grandes retalhistas e estes às fábricas de tecidos. Falidas as empresas de confecção, e como não há mais ninguém para comprar aos grandes fabricantes de tecidos, a indústria têxtil fica em perigo. Em toda parte começam a ser fechadas fábricas e oficinas; dezenas de milhares de operários são atirados à rua, a falta de trabalho aumenta enormemente, torna-se pior a vida dos operários. E, no entanto, há grande quantidade de mercadorias e o chão dos armazéns ameaça ceder sob seu peso. Deu-se isto, quase sempre, antes da guerra⁹; a indústria prosperava, os negócios dos fabricantes caminhavam admiravelmente;

de repente, era a falência, a ruína, a falta de trabalho, a estagnação dos negócios; depois, a situação melhorava, os negócios voltavam a ser brilhantes; depois de novo a falência, e assim consecutivamente.

Como explicar esta situação insensata em que os homens, entre as riquezas e o supérfluo, tornam-se mendigos?

A resposta é simples. Já vimos que, na sociedade capitalista, reina a desordem, *a anarquia na produção*. Cada patrão produz por sua conta, correndo o risco e os perigos. Cedo ou tarde, com tal modo de produção, há excesso de mercadorias produzidas (superprodução). Quando se fabricavam produtos e não mercadorias, isto é, quando a produção não se destinava ao mercado, a superprodução não era perigosa. Mas, a coisa muda de figura na produção de mercadorias. Cada fabricante, para comprar as matérias necessárias para a sua fabricação ulterior, deve vender primeiro as suas próprias mercadorias. Se a máquina pára num só lugar há, graças à anarquia na produção, repercussão imediata de um ramo noutro. Então se declara uma crise geral.

Essas crises são muito destruidoras. Destrói-se grande quantidade de mercadorias. Os vestígios da pequena indústria são como que varridos por uma vassoura de ferro. Mesmo as grandes empresas não podem resistir e parte delas desaparece.

Certas fábricas são fechadas completamente, outras reduzem a produção, não trabalham todos os dias da semana; outras, enfim, são fechadas momentaneamente. O número dos sem-trabalho aumenta. Cresce o exército industrial de reserva, aumentando a miséria e a opressão da classe operária. Durante a crise, a condição da classe operária, que já era má, torna-se ainda pior.

SOBRE AS GREVES

Vladimir Lenin

Nos últimos anos, as greves operárias são extraordinariamente freqüentes na Rússia. Não existe nenhuma província industrial onde não tenha havido várias greves. Quanto às grandes cidades, as greves não cessam. Compreende-se, pois, que os operários conscientes e os socialistas se coloquem cada vez mais amiúde a questão do significado das greves, das maneiras de realizá-las e das tarefas que os socialistas se propõem ao participar nelas.

Em primeiro lugar, é preciso ver como se explica o nascimento e a difusão das greves. Quem se lembra de todos os casos de greve conhecidos por experiência própria, por relatos de outros ou através dos jornais, verá logo que as greves surgem e se expandem onde aparecem

e trabalham centenas (e, às vezes, milhares) de operários; aí dificilmente se encontrará uma fábrica em que não tenha havido greves; quando eram poucas as grandes fábricas na Rússia, rareavam as greves; mas visto que elas crescem com rapidez tanto nas antigas localidades fabris como nas novas cidades e aldeias industriais, as greves tornam-se cada vez mais freqüentes.

Por que a grande produção fabril leva sempre às greves? Isso se deve ao fato de que o capitalismo leva, necessariamente, à luta dos operários contra os patrões, e quando a produção se transforma numa produção em grande escala, essa luta se converte necessariamente em luta grevista.

Denomina-se capitalismo a organização da sociedade em que a terra, as fábricas, os instrumentos de produção etc. pertencem a um pequeno numero de latifundiários e capitalistas, enquanto a massa do povo não possui nenhuma ou quase nenhuma propriedade e deve, por isso, alugar sua força de trabalho. Os latifundiários e os industriais contratam os operários, obrigando-os a produzir tais ou quais artigos, que eles vendem no mercado. Os patrões pagam aos operários exclusivamente o salário imprescindível para que estes e sua família mal possam subsistir, e tudo o que o operário produz acima dessa quantidade de produtos necessária para a sua manutenção o patrão embolsa: isso

constitui o seu lucro. Portanto, na economia capitalista, a massa do povo trabalha para outros, não trabalha para si, mas para os patrões, e o faz por um salário: compreende-se que os patrões tratem sempre de reduzir o salário: quanto menos entregarem aos operários, mais lucro lhes sobra. Em compensação, os operários tratam de receber o maior salário possível, para poder sustentar a sua família com uma alimentação abundante e sadia, viver numa boa casa e não se vestir como mendigos, mas como se veste todo mundo. Portanto, entre patrões e operários há uma constante luta pelo salário: o patrão tem liberdade de contratar o operário que quiser, pelo que procura o mais barato. O operário tem liberdade de alugar-se ao patrão que quiser, e procura o que paga mais. Trabalhe o operário na cidade ou no campo, alugue seus braços a um latifundiário, a um fazendeiro rico, a um contratista ou a um industrial, sempre regateia com o patrão, lutando contra ele pelo salário.

Mas pode o operário, por si só, sustentar essa luta? É cada vez maior o número de operários: os camponeses se arruinam e fogem das aldeias para as cidades e para as fábricas. Os latifundiários e os industriais introduzem máquinas, que deixam os operários sem trabalho. Nas cidades aumenta incessantemente o número de desempregados, e nas aldeias o de gente reduzida à miséria: a

existência de um povo faminto faz baixarem ainda mais os salários. É impossível para o operário lutar sozinho contra o patrão. Se o operário exige maior salário ou não aceita o seu rebaixamento, o patrão responde: vá para outro lugar, são muitos os famintos que esperam à porta da fábrica e ficarão contentes em trabalhar, mesmo que por um salário baixo.

Quando a ruína do povo chega a tal ponto que nas cidades e nas aldeias há sempre massas de desempregados, quando os patrões amealham enormes fortunas e os pequenos proprietários são substituídos pelos milionários, então o operário transforma-se num homem absolutamente desvalido diante do capitalista. O capitalista obtém a possibilidade de esmagar por completo o operário, de condená-lo à morte num trabalho de forçados, e não só ele, como também sua mulher e seus filhos. Com efeito, vejam as indústrias em que os operários ainda não conseguiram ficar amparados pela lei e não podem oferecer resistência aos capitalistas, e comprovarão que a jornada de trabalho é incrivelmente longa, até de 17 a 19 horas, que criaturas de cinco ou seis anos executam um trabalho extenuante e que os operários passam fome constantemente, condenados a uma morte lenta. Exemplo disso é o caso dos operários que trabalham a domicílio para os capitalistas; mas qualquer

operário se lembrará de muitos outros exemplos! Nem mesmo na escravidão e sob o regime de servidão existiu uma opressão tão terrível do povo trabalhador como a que sofrem os operários quando não podem opor resistência aos capitalistas nem conquistar leis que limitem a arbitrariedade patronal.

Pois bem, para não permitir que sejam reduzidos a esta situação tão extrema de penúria, os operários iniciam a mais encarniçada luta. Vendo que cada um deles por si só é absolutamente impotente e vive sob a ameaça de perecer sob o jugo do capital, os operários começam a erguer-se, juntos, contra seus patrões. Dão início às greves operárias. A princípio é comum que os operários não tenham nem sequer uma idéia clara do que procuram conseguir, não compreendem porque atuam assim: simplesmente quebram as máquinas e destroem as fábricas. A única coisa que desejam é fazer sentir aos patrões a sua indignação: experimentam suas forças mancomunadas para sair de uma situação insuportável, sem saber ainda por que sua situação é tão desesperada e quais devem ser suas aspirações.

Em todos os países, a indignação começou com distúrbios isolados, com motins, como dizem em nosso país a polícia e os patrões. Em todos os países, estes distúrbios deram lugar, de um lado, a greves mais ou menos pacíficas

e, de outro, a uma luta de muitas faces da classe operária por sua emancipação.

Mas que significado têm as greves na luta da classe operária? Para responder a essa pergunta devemos nos deter primeiro em examinar com mais detalhes as greves. Se o salário dos operários se determina — como vimos — por um acordo entre o patrão e o operário e se cada operário por si só é de todo impotente, torna-se claro que os operários devem necessariamente defender juntos as suas reivindicações; devem necessariamente declarar-se em greve, para impedir que os patrões baixem os salários, ou para conseguir um salário mais alto. E, efetivamente, não existe nenhum país capitalista em que não sejam deflagradas greves operárias. Em todos os países europeus e na América, os operários se sentem, em toda parte, impotentes quando atuam individualmente e só podem opor resistência aos patrões se estiverem unidos, quer declarando-se em greve, quer ameaçando com a greve. E quanto mais se desenvolve o capitalismo, quanto maior é a rapidez com que crescem as grandes fábricas, quanto mais se vêem deslocados os pequenos pelos grandes capitalistas, mais imperiosa é a necessidade de uma resistência conjunta dos operários porque se agrava o desemprego, aguça-se a competição entre os capitalistas, que procuram produzir

mercadorias de modo mais barato possível (para o que é preciso pagar aos operários o menos possível), e acentuam-se as oscilações da indústria e as crises. Quando a indústria prospera, os patrões obtêm grandes lucros e não pensam em reparti-los com os operários: mas durante a crise os patrões tratam de despejar sobre os ombros dos operários os prejuízos. A necessidade das greves na sociedade capitalista está tão reconhecida por todos nos países europeus, que lá a lei não proíbe a declaração de greves; somente na Rússia subsistiram leis selvagens contra as greves (destas leis e de sua aplicação falaremos em outra oportunidade).

Mas as greves, por emanarem da própria natureza da sociedade capitalista, significam o começo da luta da classe operária contra esta estrutura da sociedade. Quando os operários despojados que agem individualmente enfrentam os potentados capitalistas, isso equivale à completa escravidão dos operários. Quando, porém, estes operários espoliados se unem, a coisa muda. Não há riquezas que os capitalistas possam aproveitar se não encontram operários dispostos a trabalhar com os instrumentos e materiais dos capitalistas e a produzir novas riquezas. Quando os operários enfrentam sozinhos os patrões continuam sendo verdadeiros escravos, trabalhando eternamente para um estranho por um pedaço de pão, como assalariados

eternamente submissos e silenciosos. Mas quando os operários levantam juntos suas reivindicações e se negam a submeter-se a quem tem a bolsa de ouro, deixam então de ser escravos, convertem-se em homens e começam a exigir que seu trabalho não sirva somente para enriquecer um punhado de parasitas, mas que permita aos trabalhadores viver como pessoas. Os escravos começam a apresentar a reivindicação de se transformarem em donos: trabalhar e viver não como queiram os latifundiários e capitalistas, mas como queiram os próprios trabalhadores. As greves infundem sempre tal espanto aos capitalistas porque começam a fazer vacilar seu domínio. “Todas as rodas se detêm se assim o quer teu braço vigoroso” diz sobre a classe operária uma canção dos operários alemães. Com efeito, as fábricas, as propriedades dos latifundiários, as máquinas, as ferrovias etc. etc. são, por assim dizer, rodas de uma enorme engrenagem: esta engrenagem fornece diferentes produtos, transforma-os, distribui-os onde necessários. Toda esta engrenagem é movida pelo operário, que cultiva as terras, extrai os minerais, elabora as mercadorias nas fábricas, constrói casas, oficinas e ferrovias. Quando os operários se negam a trabalhar, todo esse mecanismo ameaça paralisar-se. Cada greve lembra aos capitalistas que os verdadeiros donos não são eles, e sim os operários, que

proclamam seus direitos com força crescente. Cada greve lembra aos operários que sua situação não é desesperada e que não estão sós. Vejam que enorme influência exerce uma greve tanto sobre os grevistas como sobre os operários das fábricas vizinhas ou próximas, ou das fábricas do mesmo ramo industrial. Nos tempos atuais, pacíficos, o operário arrasta em silêncio sua carga, não reclama ao patrão, não reflete sobre sua situação. Durante uma greve, o operário proclama em voz alta suas reivindicações, lembra aos patrões todos os atropelos de que tem sido vítima, proclama seus direitos, não pensa apenas em si ou no seu salário, mas pensa também em todos os seus companheiros que abandonaram o trabalho junto com ele e que defendem a causa operária sem medo das provocações.

Toda greve acarreta ao operário grande numero de privações, tão terríveis que só se podem comparar com as calamidades da guerra: fome na família, perda do salário, freqüentes detenções, expulsão da cidade em que reside e onde trabalhava. E apesar de todas essas calamidades, os operários desprezam os que se afastam de seus companheiros e entram em conchavos com o patrão. Vencidas as calamidades da greve, os operários das fábricas próximas sentem entusiasmo sempre que vêem seus companheiros iniciarem a luta. “Os homens que resistem a tais calami-

dades para quebrar a oposição de um burguês, saberão também quebrar a força de toda a burguesia”, dizia um grande mestre do socialismo, Engels, falando das greves dos operários ingleses. Amiúde, basta que se declare em greve uma fábrica para que imediatamente comece uma série de greves em muitas outras fábricas. Como é grande a influência moral das greves, como é contagiante a influência que exerce nos operários ver seus companheiros que, embora temporariamente, se transformam de escravos em pessoas com os mesmos direitos dos ricos! Toda greve infunde vigorosamente nos operários a idéia do socialismo; a idéia da luta de toda a classe operária por sua emancipação do jugo do capital. É muito freqüente que, antes de uma grande greve, os operários de uma fábrica, uma indústria ou uma cidade qualquer, não conheçam sequer o socialismo, nem pensem nele, mas que depois da greve difundam-se entre eles, cada vez mais, os círculos e as associações, e seja maior o número dos operários que se tornam socialistas.

A greve ensina os operários a compreender onde repousa a força dos patrões e onde a dos operários; ensina a pensar não só em seu patrão e em seus companheiros mais próximos, mas em todos os patrões, em toda a classe capitalista e em toda a classe operária. Quando um patrão

que acumulou milhões às custas do trabalho de varias gerações de operários não concede o mais modesto aumento de salário e inclusive tenta reduzi-lo ainda mais e, no caso de os operários oferecerem resistência, põe na rua milhares de famílias famintas, então os operários vêem com clareza que toda a classe capitalista é inimiga de toda a classe operária e que os operários só podem confiar em si mesmos e em sua união. Acontece muitas vezes que um patrão procura enganar, de todas as formas, os operários, apresentando-se diante deles como um benfeitor, encobrendo a exploração de seus operários com uma dádiva insignificante qualquer, com qualquer promessa falaz. Cada greve sempre destrói de imediato este engano, mostrando aos operários que seu “benfeitor” é um lobo com pele de cordeiro.

Mas a greve abre os olhos dos operários não só quanto aos capitalistas, mas também no que se refere ao governo e às leis. Do mesmo modo que os patrões se esforçam para aparecerem como benfeitores dos operários, os funcionários e seus lacaios se esforçam para convencer os operários de que o czar e o governo czarista se preocupam com os patrões e os operários na mesma medida, com espírito de justiça. O operário não conhece as leis e não convive com os funcionários, em particular os altos funcionários, razão pela qual dá, freqüentemente, crédito a tudo isso. Eclode, porém, uma

greve. Apresentam-se na fábrica o fiscal, o inspetor fabril, a polícia e, não raro, tropas, e então os operários percebem que infringiram a lei: a lei permite aos donos de fábricas reunir-se e tratar abertamente sobre a maneira de reduzir o salário dos operários, ao passo que os operários são tachados de delinqüentes ao se colocarem todos de acordo! Despejam os operários de suas casas, a polícia fecha os armazéns em que os operários poderiam adquirir comestíveis a crédito e pretende-se instigar os soldados contra os operários, mesmo quando estes mantêm uma atitude serena e pacífica. Dá-se inclusive aos soldados ordem de abrir fogo contra os operários, e quando matam trabalhadores indefesos, atirando-lhes pelas costas, o próprio czar manifesta a sua gratidão às tropas (assim fez com os soldados que mataram grevistas em Iaroslav, em 1895). Torna-se claro para todo operário que o governo czarista é um inimigo jurado, que defende os capitalistas e amarra pelos pés e mãos os operários. O operário começa a entender que as leis são adotadas em benefício exclusivo dos ricos, que também os funcionários defendem os interesses dos ricos, que se tapa a boca do povo trabalhador e não se permite que ele exprima suas necessidades e que a classe operária deve necessariamente arrancar o direito de greve, o direito de participar duma assembléia popular representativa encarregada de promulgar as leis e de velar

por seu cumprimento. Por sua vez, o governo compreende muito bem que as greves abrem os olhos dos operários, razão porque tanto as teme e se esforça a todo custo para sufocá-las o mais rápido possível. Um ministro do Interior alemão, que ficou famoso por suas ferozes perseguições contra os socialistas e os operários conscientes, declarou em uma ocasião, não sem motivo, perante os representantes do povo: “Por trás de cada greve aflora o dragão da revolução”. Durante cada greve cresce e desenvolve-se nos operários a consciência de que o governo é seu inimigo e de que a classe operária deve preparar-se para lutar contra ele pelos direitos do povo.

Assim, as greves ensinam os operários a unirem-se; as greves fazem-nos ver que somente unidos podem agüentar a luta contra os capitalistas; as greves ensinam os operários a pensarem na luta de toda a classe patronal e contra o governo autocrático e policial. Exatamente por isso, os socialistas chamam as greves de “escola de guerra”, escola em que os operários aprendem a desfechar a guerra contra seus inimigos, pela emancipação de todo o povo e de todos os trabalhadores do jugo dos funcionários e do jugo do capital.

Mas a “escola de guerra” ainda não é a própria guerra. Quando as greves alcançam grande difusão, alguns ope-

rários (e alguns socialistas) começam a pensar que a classe operária pode limitar-se às greves e às caixas ou sociedades de resistência, que apenas com as greves a classe operária pode conseguir uma grande melhora em sua situação e até sua própria emancipação. Vendo a força que representa a união dos operários e até mesmo suas pequenas greves, pensam alguns que basta aos operários deflagrarem a greve geral em todo o país para poder conseguir dos capitalistas e do governo tudo o que queiram. Esta opinião também foi expressa pelos operários de outros países quando o movimento operário estava em sua etapa inicial e os operários ainda tinham muito pouca experiência.

Esta opinião, porém, é errada. As greves são um dos meios de luta da classe operária por sua emancipação, mas não o único, e se os operários não prestam atenção a outros meios de luta, atrasam o desenvolvimento e os êxitos da classe operária. Com efeito, para que as greves tenham êxito são necessárias as caixas de resistência, a fim de manter os operários enquanto dure o conflito. Os operários (comumente os de cada indústria, cada ofício ou cada oficina) organizam essas caixas em todos os países, mas na Rússia isso é extremamente difícil, porque a polícia as persegue, apodera-se do dinheiro e prende os operários. Naturalmente, os operários sabem resguardar-se da po-

lícia; naturalmente, a organização dessas caixas é útil, e não queremos dissuadir os operários de se ocuparem disso. Mas não se deve confiar em que, estando proibidas por lei, as caixas operárias possam contar com muitos membros; e sendo escasso o número de cotizantes, essas caixas não terão grande utilidade. Além disso, até nos países em que existem livremente as associações operárias, e onde são muito fortes as caixas, até neles a classe operária de modo algum pode limitar-se às greves em sua luta. Basta que sobrevenham dificuldades na indústria (uma crise como a que agora se aproxima da Rússia, por exemplo) para que os patrões temporariamente provoquem greves, porque às vezes lhes convém suspender temporariamente o trabalho e lhes é útil que as caixas operárias esgotem seus fundos. Daí não poderem os operários limitar-se, de modo algum, às greves e às sociedades de resistência.

Em segundo lugar, as greves só são vitoriosas quando os operários já possuem bastante consciência, quando sabem escolher o momento para desencadeá-las, quando sabem apresentar reivindicações, quando mantêm contato com os socialistas para receber volantes e folhetos. Mas operários assim ainda há muito poucos na Rússia, e é necessário fazer todos os esforços para aumentar seu número, tornar conhecida nas massas operárias a causa operária, fazê-las

conhecer o socialismo e a luta operária. Esta é a missão que devem cumprir os socialistas e os operários conscientes, formando, para isso, o partido operário socialista.

Em terceiro lugar, as greves mostram aos operários, como vimos, que o governo é seu inimigo e que é preciso lutar contra ele. Com efeito, as greves ensinaram gradualmente à classe operária, em todos os países, a lutar contra os governos pelos direitos dos operários e pelos direitos de todo o povo. Como já dissemos, essa luta só pode ser levada a cabo pelo partido operário socialista, através da difusão entre os operários das justas idéias sobre o governo e sobre a causa operária. Noutra ocasião nos referiremos em particular a como se realizam na Rússia as greves e a como devem utilizá-la os operários conscientes. Por enquanto devemos assinalar que as greves são, como já afirmamos linhas atrás, uma “escola de guerra”, mas não a própria guerra; as greves são apenas um dos meios de luta, uma das formas do movimento operário.

Das greves isoladas, os operários podem e devem passar, e passam realmente, em todos os países, à luta de toda a classe operária pela emancipação de todos os trabalhadores. Quando todos os operários conscientes se tornam socialistas, isto é, quando tendem para esta emancipação, quando se unem em todo o país para propagar entre os

operários o socialismo e ensinar-lhes todos os meios de luta contra seus inimigos, quando formam o partido operário socialista, que luta para libertar todo o povo da opressão do governo e para emancipar todos os trabalhadores do jugo do capital, só então a classe operária se incorpora plenamente ao grande movimento dos operários de todos os países, que agrupa todos os operários, e hasteia a bandeira vermelha em que estão inscritas estas palavras:

“Proletários de todos os países, uni-vos!”

SOBRE O PROGRAMA

Vladimir Lenin

Todos esses exemplos mostram como a fábrica acentua a exploração dos operários e a generaliza, transforma-a em toda uma “ordem de coisas”. O operário, queira ou não, tem que medir forças, agora não com um patrão isolado, sua vontade e suas afrontas, mas sim com a arbitrariedade e as perseguições de toda a classe patronal. O operário vê que quem o oprime não é um capitalista qualquer, mas toda a classe capitalista, porque em todas as empresas vigora o mesmo sistema de exploração; um capitalista isolado nem sequer pode renunciar a essa ordem de coisas: se, por exemplo, lhe ocorresse reduzir a jornada de trabalho, suas mercadorias ficariam mais caras que as de seu vizinho, que as de outro patrão que obrigasse o operário a trabalhar

mais horas pelo mesmo salário. Para conseguir uma melhoria em sua situação, o operário tem que enfrentar agora toda uma organização social voltada para a exploração do trabalho pelo capital. O operário já não tem diante de si a injustiça de um funcionário qualquer, e sim a injustiça do próprio poder do Estado, que toma para si a defesa de toda a classe capitalista e promulga leis obrigatórias para todos em benefício dessa classe. Portanto, a luta dos operários industriais contra os patrões transforma-se, inevitavelmente, numa luta contra toda a classe capitalista, contra toda a estrutura social, baseada na exploração do trabalho pelo capital. Por isso, a luta dos operários adquire um significado social, converte-se numa luta de todos os trabalhadores contra todas as classes que vivem às custas do trabalho alheio. Por isso, a luta dos operários inaugura uma nova época da história da Rússia e é a aurora da emancipação dos operários.

Pois bem, em que se baseia a dominação da classe capitalista sobre toda a massa trabalhadora? Em possuírem os capitalistas, como propriedade privada, todas as fábricas, minas, máquinas e instrumentos de trabalho; em terem nas mãos enormes quantidades de terra (de toda a terra da Rússia europeia, mais de um terço pertence aos latifundiários, cujo número não chega a meio milhão). Os operários,

não dispendo de instrumentos de trabalho e de materiais, têm que vender sua força de trabalho aos capitalistas, que lhes pagam apenas o necessário para seu sustento, apropriando-se de todo o excedente produzido pelo trabalho; pagam, portanto, somente uma parte do tempo de trabalho investido, ficando com a parte restante. Todo o aumento das riquezas proveniente do trabalho conjunto da massa de operários ou dos aperfeiçoamentos introduzidos na produção vai para a classe capitalista, enquanto os operários, trabalhando de geração em geração, continuam sendo proletários sem posses. Por isso, só existe um processo para pôr fim à exploração do trabalho pelo capital, qual seja: suprimir a propriedade privada sobre os instrumentos de trabalho, colocar nas mãos de toda a sociedade todas as fábricas e minas, assim como todas as grandes propriedades rurais etc., e organizar a produção comum socialista, dirigida pelos próprios operários. Os produtos do trabalho comum reverterão assim em benefício dos próprios trabalhadores, e o que sobrar além do necessário para atender a seu sustento servirá para satisfazer as necessidades dos próprios operários, para desenvolver plenamente todas as suas capacidades e para usufruir em pé de igualdade de todas as conquistas da ciência e da arte. No programa assinala-se, por isso mesmo, que só assim pode terminar

a luta da classe operária contra os capitalistas. Mas, para isso, é necessário que o poder político, isto é, o poder da direção do Estado, passe das mãos do governo que está sob a influência dos capitalistas e dos latifundiários, ou das mãos do governo formado diretamente por representantes eleitos dos capitalistas, para as mãos da classe operária.

Este é o objetivo final da luta da classe operária, esta é a premissa de sua plena emancipação.

A SOCIALIZAÇÃO DA SOCIEDADE
Rosa Luxemburgo¹¹

Publicado em *Die junge Garde* (dezembro de 1918).

A revolução do proletariado, que acaba de começar, não pode ter nenhum outro fim nem nenhum outro resultado a não ser a realização do socialismo. Antes de tudo, a classe operária precisa tentar obter todo o poder político estatal. Mas para nós, socialistas, o poder político é apenas meio. O fim para o qual precisamos utilizar o poder é a transformação radical da situação econômica como um todo.

Hoje, todas as riquezas — as maiores e melhores terras, as minas e empresas, assim como as fábricas — pertencem a alguns poucos latifundiários e capitalistas privados. A grande massa dos trabalhadores, por um árduo trabalho, recebe apenas desses latifundiários e capitalistas um parco salário para viver. O enriqueci-

mento de um pequeno número de ociosos é o objetivo da economia atual.

Esta situação deve ser eliminada. Todas as riquezas sociais, o solo com todos os tesouros que abriga no interior e na superfície, todas as fábricas e empresas, enquanto propriedades comuns do povo, precisam ser tiradas das mãos dos exploradores. O primeiro dever de um verdadeiro governo operário consiste em proclamar, através de uma série de decisões soberanas, os meios de produção mais importantes como propriedade nacional e em pô-los sob o controle da sociedade.

Só então começa propriamente a mais difícil tarefa: a construção da economia em bases totalmente novas.

Hoje, em cada empresa, a produção é dirigida pelo próprio capitalista isolado. O que e como deve ser produzido, quando e como as mercadorias fabricadas devem ser vendidas é o empresário quem determina. Os trabalhadores jamais cuidam disso, eles são apenas máquinas vivas que têm de executar seu trabalho.

Na economia socialista tudo isso precisa ser diferente! O empresário privado desaparece. A produção não tem mais como objetivo enriquecer o indivíduo, mas fornecer à coletividade meios de satisfazer todas as necessidades. Conseqüentemente, as fábricas, empresas, explorações

agrícolas precisam adaptar-se segundo pontos de vista totalmente novos:

Primeiro: se a produção deve ter por objetivo assegurar a todos uma vida digna, fornecer a todos alimentação abundante, vestuário e outros meios culturais de existência, então a produtividade do trabalho precisa ser muito maior que hoje. Os campos precisam fornecer colheitas maiores, nas fábricas precisa ser utilizada a mais alta técnica; quanto às minas de carvão e minério, apenas as mais rentáveis precisam ser exploradas etc. Segue-se daí que a socialização se estenderá, antes de mais nada, às grandes empresas industriais e agrícolas. Não precisamos nem queremos tirar a pequena propriedade ao pequeno agricultor e ao pequeno trabalhador que, com seu próprio trabalho, vive penosamente do seu pedacinho de terra ou da sua oficina. Com o tempo, todos eles virão até nós voluntariamente e compreenderão as vantagens do socialismo sobre a propriedade privada.

Segundo: para que na sociedade todos possam usufruir do bem-estar, todos precisam trabalhar. Apenas quem executa trabalho útil para a coletividade, quer trabalho manual, quer intelectual, pode exigir da sociedade meios para a satisfação de suas necessidades. Uma vida ociosa, como hoje levam na maioria das vezes os ricos explora-

dores, acaba. A obrigação de trabalhar para todos os que são capazes, exceto naturalmente as crianças pequenas, os velhos e os doentes é, na economia socialista, uma coisa evidente. Quando aos incapazes de trabalhar, a coletividade precisa simplesmente tomar conta deles — não como hoje, com esmolas miseráveis, mas por meio de alimentação abundante, educação pública para as crianças, boas assistência médica pública para os doentes etc.

Terceiro: a partir do mesmo ponto de vista, isto é, do bem-estar da coletividade, é preciso que os meios de produção, assim como as forças de trabalho sejam inteligentemente administradas e economizadas. O desperdício, que ocorre hoje a cada passo, precisa acabar.

Assim, naturalmente, é preciso suprimir a indústria de guerra e de munição no seu conjunto, pois a sociedade socialista não precisa de armas assassinas. Em vez disso, é preciso que os valiosos materiais e a força de trabalho aí empregados sejam utilizados para produzir coisas úteis. As indústrias de luxo, que hoje produzem todo tipo de futilidades para os ociosos, assim como a criadagem pessoal, precisam igualmente desaparecer. Toda a força de trabalho posta nisso encontrará ocupação mais útil e mais digna.

Se desta maneira criarmos um povo de trabalhadores, em que todos trabalhem para todos, para o bem-estar e

o benefício coletivos, então, quarto: o próprio trabalho precisa adquirir uma configuração inteiramente diferente. Hoje em dia, o trabalho, tanto na indústria, quanto na agricultura ou no escritório é, na maioria das vezes, uma tortura e um fardo para o proletário. As pessoas vão para o trabalho porque é preciso, caso contrário não conseguirão meios de subsistência. Na sociedade socialista, onde todos trabalham em conjunto para o seu bem próprio bem-estar, é preciso ter a maior consideração pela saúde e pelo prazer de trabalhar. Tempo de trabalho reduzido, que não ultrapasse a capacidade normal, locais de trabalho saudáveis, todos os meios para o descanso e o trabalho precisam ser introduzidos, para que cada um faça a sua parte com maior prazer.

Porem para todas as grandes reformas é necessário o material humano correspondente. Hoje, atrás do trabalhador, está o capitalista com seu chicote — em pessoa, ou através de seu contramestre ou capataz. A fome arrasta o proletário para trabalhar na fábrica, na grande propriedade ou no escritório. O empresário cuida então para que o tempo não seja desperdiçado, para que o material não seja estragado, para que seja fornecido trabalho bom e competente.

Na economia socialista é suprimido o empresário com seu chicote. Aqui os trabalhadores são homens livres

e iguais, que trabalham para seu próprio bem-estar e benefício. Isso significa trabalhar zelosamente por conta própria, por si mesmo, não desperdiçar a riqueza social, fornecer o trabalho mais honesto e pontual. Cada empresa socialista precisa, naturalmente, de um dirigente técnico que entenda exatamente do assunto, que estabeleça o que é mais necessário para que tudo funcione, para que seja atingida a divisão do trabalho mais correta e o mais alto rendimento. Ora, isso significa seguir essas ordens de boa vontade, na íntegra, manter a disciplina e a ordem, sem provocar atritos nem confusões.

Numa palavra: o trabalhador da economia socialista precisa mostrar que também pode trabalhar zelosa e ordeiramente sem o chicote da fome, sem o capitalista e seus contramestres atrás das costas, que pode manter a disciplina e fazer melhor. Para isso é preciso autodisciplina interior, maturidade moral, senso de dignidade, todo um renascimento interior do proletário.

Com homens preguiçosos, levianos, egoístas, irrefletidos e indiferentes não se pode realizar o socialismo. A sociedade socialista precisa de homens que estejam, cada um em seu lugar, cheios de paixão e entusiasmo pelo bem estar coletivo, totalmente dispostos ao sacrifício e cheios de compaixão pelo próximo, cheios de coragem e tenacidade

para ousarem o mais difícil.

Porém, não precisamos esperar quase um século ou uma década até que tal espécie de homens se desenvolva. Precisamente agora, na luta, na revolução, as massas proletárias aprendem o idealismo necessário e adquirem rapidamente maturidade intelectual. Também precisamos de coragem e perseverança, clareza interna e disposição ao sacrifício para continuar a revolução até a vitória. Recrutando bons combatentes para a atual revolução, criamos futuros trabalhadores socialistas, necessários como fundamento de uma nova ordem.

A juventude trabalhadora, sobretudo, é chamada para esta grande tarefa. Como geração futura, ela formará com toda certeza o verdadeiro fundamento da economia socialista. Ela tem que mostrar já, como portadora do futuro da humanidade, que está à altura dessa grande tarefa. Há todo um velho mundo ainda por destruir e todo um novo mundo a construir. Mas nós conseguiremos, jovens amigos, não é verdade? Nós conseguiremos! Como diz o poema:

*Não nos falta nada,
minha mulher, meu filho,
a não ser tudo que cresce através de nós,
para sermos livres como os pássaros:
nada, a não ser tempo!*

A LIBERTAÇÃO DA MULHER
Friedrich Engels

Extraído de:

Friedrich Engels, *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1884).

Título nosso.

Certamente os nossos jurisconsultos acham que o progresso da legislação vai tirando cada vez mais às mulheres qualquer razão de queixa. Os sistemas legislativos dos países civilizados modernos vão reconhecendo, progressivamente, que, em primeiro lugar, o matrimônio, para ser válido, deve ser um contrato livremente celebrado por ambas as partes, e, em segundo lugar, que durante a sua vigência as partes devem ter os mesmos direitos e deveres. Se estas duas condições fossem realmente postas em prática, as mulheres teriam tudo aquilo que podem desejar.

Essa argumentação — tipicamente jurídica — é exatamente a mesma de que se valem os republicanos radicais

burgueses para dissipar os receios dos proletários. Supõe-se que o contrato de trabalho seja livremente celebrado por ambas as partes. Mas considera-se livremente celebrado desde o momento em que a lei estabelece no papel a igualdade de ambas as partes. A força que a diferença de situação de classe dá a uma das partes, a pressão que esta força exerce sobre a outra, a situação econômica real de ambas, tudo isto não interessa à lei. Enquanto dura o contrato de trabalho, continua a suposição de que as duas partes desfrutam de direitos iguais, desde que uma ou outra não renuncie expressamente a eles. E, se a situação econômica concreta do operário o obriga a renunciar até à última aparência de igualdade de direitos, a lei — novamente — nada tem a ver com isso.

Quanto ao matrimônio, mesmo a legislação mais progressista dá-se por inteiramente satisfeita desde o instante em que os interessados fizeram inscrever formalmente em ata o seu livre consentimento. O que se passa fora dos bastidores do tribunal, na vida real, e o modo como este consentimento se expressa não são questões que cheguem a inquietar a lei ou o legislador. Entretanto, a mais simples comparação entre as legislações de países diversos pode demonstrar ao jurista o que representa esse livre consentimento. Nos países onde a lei assegura aos filhos uma

parte da herança paterna, e onde, por conseguinte, eles não podem ser deserdados — na Alemanha, nos países que seguem o direito francês etc. — os filhos necessitam do consentimento dos pais para contrair matrimônio. Nos países onde se pratica o direito inglês, de acordo com o qual o consentimento paterno não é uma condição legal para o casamento, os pais gozam de absoluta liberdade de testar, e podem, caso queiram, deserdar os filhos. Está claro que, apesar disso, e talvez por isso mesmo, a liberdade para contrair matrimônio, entre as classes que têm algo a herdar, não é, de fato, nem de perto nem de longe maior na Inglaterra e na América do que na França e na Alemanha.

Não é melhor o estado de coisas quanto à igualdade jurídica do homem e da mulher no casamento. A desigualdade legal, que herdamos de condições sociais anteriores, não é causa e sim efeito da opressão econômica da mulher. No antigo lar comunista, que compreendia numerosos casais com seus filhos, a direção do lar, confiada às mulheres, era uma indústria socialmente tão necessária quanto a busca de víveres, de que ficavam encarregados os homens. As coisas mudaram com a família patriarcal e ainda mais com a família individual monogâmica. O governo do lar perdeu o seu caráter

social. A sociedade já nada mais tinha a ver com ele. O governo do lar transformou-se em serviço privado, a mulher converteu-se na primeira criada, sem participação na produção social. Só a grande indústria dos nossos dias lhe abriu de novo — embora apenas para a proletária — o caminho da produção social. Mas o fez de maneira tal que, se a mulher cumpre os seus deveres domésticos no seio da família, fica excluída do trabalho social e nada pode ganhar; e, se quer tomar parte na indústria social e ganhar a sua vida de maneira independente, lhe é impossível cumprir com as obrigações domésticas. Da mesma forma que na fábrica, é isso o que acontece à mulher em todos os setores profissionais, inclusive na medicina e na advocacia. A família individual moderna baseia-se na escravidão doméstica, franca ou dissimulada, da mulher, e a sociedade moderna é uma massa cujas moléculas são as famílias individuais.

Hoje, na maioria dos casos, é o homem que tem que ganhar os meios de subsistência da família, pelo menos nas classes possuidoras; e isso lhes dá uma posição dominadora, que não exige privilégios legais especiais. Na família, o homem é o burguês e a mulher representa o proletário. No mundo industrial, entretanto, o caráter específico da opressão econômica que pesa sobre o pro-

letariado não se manifesta em todo o seu rigor senão quando suprimidos todos os privilégios legais da classe dos capitalistas e juridicamente estabelecida a plena igualdade das duas classes. A república democrática não suprime o antagonismo entre as duas classes; pelo contrário, ela não faz senão propiciar o terreno no qual o combate vai ser decidido. De igual maneira, o caráter particular do predomínio do homem sobre a mulher na família moderna, assim como a necessidade e o modo de estabelecer uma igualdade social efetiva entre ambos, não se manifestarão com toda a nitidez senão quando homem e mulher tiverem, por lei, direitos absolutamente iguais. Então é que se verá que a libertação da mulher exige, como primeira condição, a reincorporação de todo o sexo feminino na indústria social, o que, por sua vez, requer a supressão da família individual enquanto unidade econômica da sociedade.

O DIA DA MULHER

Alexandra Kollontai

Publicado no *Pravda* (1913).

O quê é o Dia da Mulher? É realmente necessário? Será que é uma concessão às mulheres da classe burguesa, às feministas e sufragistas? Será que é nocivo para a unidade do movimento operário? Estas questões ainda são ouvidas na Rússia, embora já não no estrangeiro. A vida mesma deu uma resposta clara e eloqüente a tais perguntas.

O Dia da Mulher é um elo na longa e sólida cadeia da mulher no movimento operário. O exército organizado de mulheres trabalhadoras cresce a cada dia. Há vinte anos, as organizações operárias não tinham mais do que grupos dispersos de mulheres nas bases dos partidos operários... Agora os sindicatos ingleses têm mais de 292

mil mulheres sindicalizadas; na Alemanha são em torno de 200 mil sindicalizadas e 150 mil no partido operário, na Áustria há 47 mil nos sindicatos e 20 mil no partido. Em toda parte, na Itália, na Hungria, na Dinamarca, na Suécia, na Noruega e na Suíça, as mulheres da classe operária estão se organizando por si próprias. O exército de mulheres socialistas tem perto de um milhão de membros. Uma força poderosa! Uma força com a qual os poderes do mundo devem contar quando se põem sobre a mesa o tema do custo da vida, a segurança da maternidade, o trabalho infantil ou a legislação para proteger os trabalhadores.

Houve um tempo em que os homens trabalhadores pensavam que apenas eles deveriam carregar sobre os ombros o peso da luta contra o capital, pensavam que só eles deviam enfrentar o “velho mundo”, sem o apoio das suas companheiras. Porém, como as mulheres da classe trabalhadora começam a entrar nas fileiras daqueles que vendem o seu trabalho em troca de um salário, forçadas a entrar no mercado de trabalho por necessidade, porque o seu marido ou pai estava no desemprego, os trabalhadores começam a perceber que deixar atrás as mulheres entre as fileiras dos “não-conscientes” era prejudicar sua causa e evitar que avançasse. Que nível de consciência possui

uma mulher que senta no fogão, que não tem direitos na sociedade, no Estado ou na família? Ela não tem idéias próprias! Faz tudo conforme ordena o seu pai ou marido...

O atraso e a falta de direitos sofridos pelas mulheres, a sua dependência e indiferença não são benefícios para a classe trabalhadora, e de fato são um mal direto para a luta operária. Mas, como entrará a mulher nesta luta, como acordará?

A social-democracia estrangeira não vai encontrar uma solução correta imediatamente. As organizações operárias estavam abertas às mulheres, mas só algumas poucas entravam. Por quê? Porque a classe trabalhadora, no começo, não vai perceber que a mulher trabalhadora é o membro mais degradado, tanto legal quanto socialmente, da classe operária, que ela foi espancada, intimidada, encurralada ao longo dos séculos, e que para estimular a sua mente e o seu coração se precisa de uma aproximação especial, palavras que ela, como mulher, entenda. Os trabalhadores não vão se dar conta imediatamente de que neste mundo de falta de direitos e de exploração, a mulher está oprimida não só como trabalhadora, mas também como mãe, mulher. Porém, quando os membros do partido socialista operário entenderam isto, fizeram sua a luta pela defesa das trabalhadoras como assalariadas, como mães, como mulheres.

Os socialistas em cada país começam a exigir uma proteção especial para o trabalho das mulheres, segurança para as mães e os seus filhos, direitos políticos para as mulheres e a defesa dos seus interesses.

Quanto mais claramente o partido operário percebia esta dicotomia mulher/trabalhadora, mais ansiosamente as mulheres se uniam ao partido, mais apreciavam o papel do partido como o seu verdadeiro defensor e mais decididamente sentiam que a classe trabalhadora também lutava pelas suas necessidades. As mulheres trabalhadoras, organizadas e conscientes, fizeram muitíssimo para elucidar este objetivo. Agora, o peso do trabalho para atrair as trabalhadoras ao movimento socialista reside nas mesmas trabalhadoras. Os partidos em cada país têm os seus comitês de mulheres, com os seus secretariados e burôs para a mulher. Estes comitês de mulheres trabalham na ainda grande população de mulheres não conscientes, levantando a consciência das trabalhadoras ao seu redor. Também examinam as demandas e questões que afetam mais diretamente a mulher: proteção e provisão para as mães grávidas ou com filhos, legislação do trabalho feminino, campanha contra a prostituição e o trabalho infantil, a demanda de direitos políticos para as mulheres, a campanha contra a alta do custo da vida...

Assim, como membros do partido, as mulheres trabalhadoras lutam pela causa comum da classe, enquanto ao mesmo tempo definem e põem em questão aquelas necessidades e as suas demandas que lhes dizem respeito mais diretamente como mulheres, como donas de casa e como mães. O partido apóia estas demandas e luta por elas. Estas necessidades das mulheres trabalhadoras são parte da causa dos trabalhadores como classe.

No dia da mulher as mulheres organizadas manifestam-se contra a sua falta de direitos. Mas alguns dizem, por que esta separação das lutas das mulheres? Por que há um dia da mulher, panfletos especiais para trabalhadoras, conferências e comícios? Não é, enfim, uma concessão às feministas e sufragistas burguesas? Só aqueles que não compreendem a diferença radical entre o movimento das mulheres socialistas e as sufragistas burguesas podem pensar desta maneira.

Qual o objetivo das feministas burguesas? Conseguir os mesmos avanços, o mesmo poder, os mesmos direitos na sociedade capitalista que possuem agora seus maridos, pais e irmãos. Qual o objetivo das operárias socialistas? Abolir todo o tipo de privilégios que derivem do nascimento ou da riqueza. À mulher operária, é-lhe indiferente se o seu patrão é um homem ou uma mulher.

As feministas burguesas exigem a igualdade de direitos sempre e em qualquer lugar. As mulheres trabalhadoras respondem: exigimos direitos para todos os cidadãos, homens e mulheres, mas nós não somos só mulheres e trabalhadoras, também somos mães. E como mães, como mulheres que teremos filhos no futuro, exigimos uma atenção especial do governo, proteção especial do Estado e da sociedade.

As feministas burguesas estão lutando para conseguir direitos políticos: também aqui os nossos caminhos se separam. Para as mulheres burguesas, os direitos políticos são simplesmente um meio para conseguir os seus objetivos mais comodamente e com mais segurança neste mundo baseado na exploração dos trabalhadores. Para as mulheres operárias, os direitos políticos são um passo no caminho espinhoso e difícil que leva ao desejado reino do trabalho.

Os caminhos seguidos pelas mulheres trabalhadoras e as sufragistas burguesas separaram-se há tempo. Há uma grande diferença entre os seus objetivos. Há também uma grande contradição entre os interesses de uma mulher operária e as donas proprietárias, entre a criada e a senhora... portanto, os trabalhadores não devem temer que haja um dia separado e assinalado como o Dia da

Mulher, nem que haja conferências especiais e panfletos ou imprensa especial para as mulheres.

Cada distinção especial para as mulheres no trabalho de uma organização operária é uma forma de elevar a consciência das trabalhadoras e aproximá-las das fileiras daqueles que estão a lutar por um futuro melhor. O Dia da Mulher e o lento, metuculoso trabalho feito para elevar a autoconsciência da mulher trabalhadora estão servindo à causa, não da divisão, mas da união da classe trabalhadora.

Deixe que um sentimento alegre de servir à causa comum da classe trabalhadora e de luta simultaneamente pela emancipação feminina inspire os trabalhadores a unirem-se à celebração do Dia da Mulher.

AS CLASSES SOCIAIS

Milcíades Peña

Extraído de:
Milcíades Peña, *Notas de iniciação marxista*.

Não se pode confundir a posição de classe com a quantidade de dinheiro que se ganha. Sendo assim, a classe dominante em seu conjunto ganha muito dinheiro enquanto que a classe oprimida, em seu conjunto ganha apenas o necessário para viver. Mas nos setores intermediários da sociedade e dentro de cada classe, as coisas não são tão nítidas e um burguês pode ganhar cem vezes mais que outro, sem que nenhum dos dois deixe de ser burguês.

Por isso Marx afirmou que “A divisão em classes não está fundamentada nem na magnitude da fortuna, nem na da renda. O sentido grosseiro transforma a distinção de classes segundo o tamanho da carteira do indivíduo. A medida da carteira é de uma diferença apenas quan-

titativa, porque se pode sempre jogar um indivíduo da mesma classe contra outro.”¹²

Por outro lado, tampouco a classe social deve ser confundida com a profissão. Dentro de cada classe existe uma infinidade de profissões. “São as classes que influem na predileção das profissões. Um burguês não será serralheiro ou carpinteiro. Homens de diversas profissões são iguais por serem burgueses e se tratam como tais. A burguesia se reserva as profissões de iniciativa, de comando, de inteligência e deixa às classes populares os ofícios de execução, de obediência, de esforço físico.”¹³ Enfim, faz-se necessário distinguir “classe” e “casta”. A classe é um grupo social “aberto”, no sentido de que legalmente nada impede as pessoas de mudarem de classe. Se um operário quer ser burguês não há nenhuma lei, escrita ou não, que o proíba. Só lhe falta o dinheiro... ou se casar com a filha de um burguês. Por sua vez, a casta é um grupo social fechado, no qual se nasce e se morre, sem modificação possível. O indivíduo não pode, por sua própria determinação, entrar nem sair de uma casta. Caso típico: os negros nos Estados Unidos. Um negro, seja pobre ou milionário, não pode entrar em um restaurante, nem em outros lugares reservados a brancos, nem pode se casar com uma mulher branca. Um negro pode

ser capitalista, pertencer à classe capitalista, mas nunca terá direitos iguais aos dos capitalistas brancos porque pertence a uma casta inferior, de acordo com a sociedade norte-americana.

A classe existe antes de cada indivíduo, independente de sua vontade, e modela os indivíduos conforme as categorias que regem a existência da classe. A explicação de Marx para isto é a seguinte: “As mesmas condições, a mesma oposição, os mesmos interesses deviam também, grosso modo, originar os mesmos costumes em toda a parte... Os indivíduos isolados só formam uma classe na medida em que devem travar uma luta comum contra outra classe; em todo o resto voltam a ser inimigos na concorrência. Além disso, a classe torna-se independente dos indivíduos, de maneira que estes últimos encontram suas condições já estabelecidas, recebem da sua classe, já delineada, a sua posição na vida e, simultaneamente, o seu desenvolvimento pessoal; estão subordinados à sua classe. É o mesmo fenômeno que a subordinação dos indivíduos isolados à divisão do trabalho (...) Já várias vezes indicamos como esta subordinação dos indivíduos à sua classe se torna simultaneamente a subordinação a toda espécie de representações etc.”¹⁴

Em outro lugar Marx expôs: “Sobre as diversas formas

de propriedade, sobre as condições sociais, maneiras de pensar e concepções de vida distintas e peculiarmente constituídas. A classe inteira cria-os e forma-os, a partir de suas bases materiais e das relações sociais correspondentes. O indivíduo isolado, a quem afluem por tradição e educação, pode imaginar que constituem os verdadeiros princípios determinantes e o ponto de partida de sua conduta.”¹⁵

Efetivamente, uma investigação realizada nos Estados Unidos, por Richard Centers, *The Psychology of Social Class*, demonstrou, estudando uma amostra representativa da população, que, como indicava Marx, as circunstâncias objetivas em que vivem as pessoas geram nelas uma percepção mais ou menos clara, ou confusa, mas perfeitamente observável, de que têm interesses comuns, diferentes dos interesses de outros grupos; e que são iguais aos interesses de determinada classe.

Sem dúvida, ao se considerar esta unidade geral que caracteriza as atitudes das pessoas integrantes de uma classe é indispensável se ter em conta que dentro destas classes existem grupos com status e prestígios diversos, inúmeras infinidades.

Por exemplo, na classe dominante existe uma diferenciação muito importante que foi assinalada por Marx.

“Reencontramos aqui a divisão do trabalho (...) Ela manifesta-se também na classe dominante, sob a forma de divisão entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, de modo que teremos duas categorias de indivíduos no seio desta mesma classe. Alguns serão os pensadores da classe (...) esta divisão pode levar mesmo a uma certa oposição e a uma certa hostilidade entre as duas partes em presença.”¹⁶

Bem, como já puderam observar, o marxismo caracteriza as classes sociais pelo conjunto de suas condições básicas de existência, não pelo que os homens crêm ou possam crer que são, mas pelo que realmente são no decorrer de sua vida. Será concebível a existência de uma classe sem que os indivíduos envolvidos se dêem conta de que constituem uma classe? Ou como questionou o sociólogo francês Gurvitch: “Pode existir uma classe sem ter consciência disso?”. O marxismo responde a esta questão distinguindo, nas palavras de Hegel, classe em si e classe para si.

A diferença entre “classe em si” e “classe para si” e a transformação de uma em outra, é descrita por Marx nos seguintes termos: “As condições econômicas transformaram a massa do país em trabalhadores. O domínio do capital criou uma situação comum, interesses comuns

a esta massa. Assim, esta massa já constitui uma classe frente ao capital, ou seja, uma ‘classe em si’, mas não ‘por si mesma’. Na luta, esta massa se une, constitui uma classe ‘por si mesma’. Os interesses que defendem se tornam os interesses da classe.”¹⁷

Uma classe é “em si” pelo simples fato de existir. Uma classe é “para si” quando toma consciência do que a distingue de outras classes, ou seja, quando adquire “consciência de classe”.

**PROLETARIADO COMERCIAL E
TRABALHO PRODUTIVO**

Olmedo Beluche

Olmedo Beluche, “*Os trabalhadores do Estado e a teoria marxista das classes sociais*”, publicado em *Marxismo Vivo* nº 6, 2002.

Título nosso

Para Marx, o operário comercial é um operário assalariado como outro qualquer. Em primeiro lugar, porque seu trabalho é comprado pelo capital variável do comerciante e não pelo dinheiro gasto como renda, o que quer dizer que não se compra simplesmente para o serviço privado de quem o adquire, mas com fins de valorização do capital desembolsado. Em segundo lugar, porque o valor de sua força de trabalho e, portanto, seu salário, está determinado, da mesma forma que nos demais operários assalariados, pelo custo da produção de sua força de trabalho específica e não pelo produto de seu trabalho.

“No entanto, entre ele e os operários empregados diretamente pelo capital industrial tem de mediar a

mesma diferença entre o capital industrial e o comercial e a que existe, portanto, entre o capitalista industrial e o comerciante. O comerciante, como agente da circulação, não produz mais-valia (...), razão pela qual tampouco os operários mercantis dedicados por ele às mesmas funções, podem criar diretamente mais-valia para ele”.

Marx não trata os trabalhadores do comércio como uma classe à parte dos operários industriais; muito pelo contrário, denomina-os “operários mercantis”, reiterando que fazem parte da mesma classe social que os vinculados à fase produtiva. Diz ainda que entre uns e outros existe “a mesma diferença” que entre o capitalista industrial e um comerciante; ambos pertencem à mesma classe, mesmo cumprindo um papel diverso no processo produtivo.

Outra nota importante sobre os empregados do comércio, que foi assinalada por Osvaldo Garmendia¹⁸, é que “estes trabalhadores realizam mais-trabalho para o capitalista, ainda que este trabalho não se materialize em mais-valia”. Garmendia une esta conclusão particular com a característica geral do modo capitalista de produção, que já assinalamos: a exploração do trabalho assalariado. “Esta apropriação de mais-trabalho”, diz, “pode dar-se pela apropriação de mais-valia pelo operário produtivo ou pode haver mais trabalho entregue gratuita-

mente pelo operário ao capitalista, que não se objetiva em mais-valia, mas permite ao capitalismo realizá-la e, assim, reduzir os gastos falsos (*faux-frais*), como dizia Marx”.

Marx conclui: “O operário comercial não produz diretamente mais-valia. Mas o preço de seu trabalho é determinado pelo valor de sua força de trabalho, isto é, por seu custo de produção, enquanto que o exercício dessa força de trabalho, como uma tensão que é dela, um desdobramento e desgaste da força de trabalho mesma, não se acha limitada, nem muito menos, como se acha limitado nenhum operário assalariado, pelo valor de sua força de trabalho. Por isso, seu salário não guarda uma relação necessária com a massa de lucros que ajuda o capitalista a realizar. O que custa ao capitalista e o que resta dela são duas magnitudes distintas. Este operário assalariado não rende ao capitalista criando diretamente mais-valia, mas o ajudando a reduzir os gastos de realização da mais-valia, realizando o trabalho não-redistribuído, necessário para isto”. (...)

Nada autoriza, pois, a interpretar que os assalariados, vinculados na fase de “circulação” do capital (neste caso, bancários e comerciários), pertençam a uma classe social distinta dos vinculados à fase de produção (operários industriais, digamos). Ambos os setores de assalariados

pertencem a uma mesma classe, tal como o capitalista dedicado ao comércio, aos bancos ou à indústria, pertence à sua.

“Na produção de mercadorias, a circulação é tão necessária como a própria produção, e os agentes da circulação necessários, por conseguinte, como os da produção. O processo de reprodução engloba ambas as funções do capital”. (...)

O pessoal intermediário das empresas

Podemos comprovar que Marx considera membros de uma mesma classe tanto os assalariados empregados diretamente na produção, como os vinculados à esfera da circulação do capital, e que uma série de trabalhos (artísticos, profissionais liberais etc.) estão em um processo crescente de assimilação pelo capital, em uma dinâmica de proletarização dos que o executam. Mas disto não se pode inferir que todo assalariado, pelo mero fato de sê-lo, é um membro da classe operária.

Há uma gama de empregados, cujas funções no interior de qualquer empresa têm um caráter aparentemente contraditório, exercendo um trabalho produtivo que os aproxima da classe operária; ao mesmo tempo repre-

sentam o capital no interior do processo produtivo, pois lhes cabe executar diretamente as medidas de exploração (controle, planificação etc.) contra os trabalhadores em nome do capital. Nela podemos incluir os capatazes, supervisores, chefes, gerentes etc.

“Estes setores cumprem uma função em parte produtiva, enquanto suas funções derivam das necessidades do próprio processo de produção, em toda sociedade será necessário coordenar o processo produtivo. Mas, além disso, cumprem uma função de vigilância e controle, de exploração da classe operária e, na medida em que a exercem, opõem-se à classe operária”.

Para Garmendia, neste caso justifica-se a qualificação de “moderna classe média”, pois o trabalho destes setores não se encontra de todo assimilado pelo capital, e um grande setor deste pessoal intermediário não só é pago pelo valor de sua força de trabalho, mas também pode receber parte da mais-valia produzida pelos operários. Neste sentido, justifica-se o termo classe média moderna, porque “são produto do capitalismo, diferentemente da antiga pequena burguesia que tende a ser varrida pelo desenvolvimento capitalista”.

Dois setores se destacam entre o pessoal intermediário: por um lado, os gerentes, que, sendo os de mais

alta hierarquia na empresa, representam diretamente o capital, pois seus interesses coincidem plenamente com ele; por outro, o setor inferior dos capatazes e supervisores, que ao realizar, em parte, uma função produtiva de mais-valia, leva-os a oscilar entre os interesses do capital, com os que em geral se choca, e os do restante dos trabalhadores.

Os servidores públicos e a estrutura social

Chegamos ao objetivo central de nossa investigação: os servidores públicos estatais. Obviamente em Marx não acharemos resposta direta e categórica à nossa pergunta central (qual é o caráter de classe dos servidores públicos?) pois, se assim fosse, não haveria uma polêmica que tem consumido não poucas páginas. Utilizemos, para começar, o método dedutivo, comparando as características definidas por Marx para a classe operária em geral e ver se os empregados públicos enquadram-se nelas.

1. Sua relação com os meios e instrumentos de trabalho: os servidores públicos, como o restante dos assalariados, e para sê-lo, encontram-se despossuídos de seus meios e instrumentos de trabalho. Não são donos dos meios nem do produto dos mesmos.

2. Estão obrigados a vender sua força de trabalho: como o restante da classe operária, ao não serem donos dos meios de produção, a relação em que se encontram no mercado é a de vendedores de sua força de trabalho. Recordemos que, se fossem donos dos meios de produção e do produto de seu trabalho, a relação em que os encontraríamos no mercado seria a de vendedores de um produto, o que indicaria, então, pertencerem à pequena burguesia. Mas os servidores públicos possuem unicamente, como qualquer operário, a capacidade de trabalhar (força de trabalho), e a oferecem em troca de um salário. Tão óbvia é esta relação que os trabalhadores estatais passam ao setor privado e os trabalhadores privados passam ao setor público sem que mudem suas formas gerais de trabalho.

3. Não determinam as condições e ritmos de seu trabalho: esta característica se infere das anteriores, pois ao não serem dono dos meios de produção, e fazê-lo “para outro” (Estado), também suas condições de trabalho e os ritmos do mesmo são impostos como algo “alheio” a esses empregados públicos. Eles, como os trabalhadores de escritório da indústria privada, viveram no século 20 um processo acelerado de divisão técnica do trabalho, o que aumentou a intensidade do mesmo, marcando um

nível de assimilação (indireta) às condições de produção imposta pelo capital.

4. Em que relação os servidores públicos se encontram com o capital? Eles se enquadram perfeitamente na seguinte citação de Marx (tomo III), já vista, referida aos empregados do setor comercial: “O operário comercial não produz diretamente mais-valia. Mas o preço de seu trabalho determina-se pelo valor de sua força de trabalho, isto é, por seu custo de produção, enquanto que o exercício desta força de trabalho, como uma tensão que é dela, como uma liberação e um desgaste da força de trabalho mesma, não se acha limitada, nem muito menos, como não se acha limitada em nenhum operário assalariado, pelo valor de sua força de trabalho”.

Ao empregado comercial, como ao público, o salário é pago de acordo com o preço de sua força de trabalho, determinado pelo custo de sua reprodução. E isto não impede que trabalhe muito mais do que o tempo necessário (que é pago como valor da força de trabalho) produzindo um sobre-produto.

Entrega mais do que recebe, o que é o mesmo, se paga pelo produto de seu trabalho. Este sobre-trabalho não se materializa em mais-valia, porque seu produto não está destinado ao mercado, não é mercadoria (exceção feita

às indústrias estatais), mas é um serviço prestado pelo Estado para garantir as condições gerais do funcionamento da sociedade capitalista.

O docente assalariado pelo Estado, ao trabalhar por mais tempo do que o requerido para pagar o custo de sua força de trabalho, não está produzindo uma mercadoria que possa ser “capitalizada” neste mercado. Mas seu trabalho não deixa de ser essencial para o capitalismo, pois ele consiste em criar futuros assalariados com uma capacitação mínima para desempenhar distintos trabalhos. Quanto mais assalariados capacite em menos tempo, na mesma proporção barateia o custo desta futura força de trabalho. Então aí, a posteriori, reside o “lucro” que o capital extrai do docente público.

Para o caso das empresas estatais cujos produtos vão ao mercado, ocorre uma situação contraditória. O sobre-produto de seu trabalho se converte em mercadoria e, portanto, em mais valor a ser trocado.

O beneficiário imediato deste sobre-trabalho não é diretamente o capital privado, mas as finanças da empresa e do Estado. Mas há que assinalar que as empresas estatais desenvolvem-se em áreas necessárias para o funcionamento social, mas de baixa rentabilidade ou alto risco. Por isso, o capital privado descarta intervir de

forma direta em sua exploração, preferindo que o Estado os brinde com os benefícios obtidos pelo capital de forma indireta, pois obtendo a baixo custo, os incorpora ao seu processo produtivo e os transfere ao produto final que sai de suas empresas. Ou seja, aumentam os lucros capitalistas reduzindo o custo de financiamento.

No Tomo II dos Grundrisse, falando do papel do Estado na relação das condições gerais da produção, Marx assinala: “Pode fazer trabalho ou investimentos que sejam necessários, sem serem produtivos no sentido do capital, isto é, sem que o sobre-trabalho contido neles se realize como mais-valor por meio da circulação, do intercâmbio”.

Imediatamente, dá o exemplo do caso do operário estatal que constrói uma estrada, na qual deixou modelado seu sobre-trabalho, mas que não se pode vender. Este, sem dúvida, é o caso da maioria dos servidores públicos que trabalham na administração do Estado e nos serviços prestados por este, os quais, sendo pagos pelo custo de sua força de trabalho, deixam um sobre-trabalho não retribuído, mas que não se pode concretizar em mais-valia, já que não se troca no mercado.

Em outras palavras, os empregados públicos não são pagos com o capital variável, mas com o rendimento (impostos). “Por conseguinte, todas as condições gerais,

coletivas da produção — enquanto não possa ocorrer sua criação pelo capital enquanto tal, sob suas condições — se cobrem com uma parte do rendimento nacional, do erário público, e os operários não se apresentam como trabalhadores produtivos, ainda que aumentem a força produtiva do capital”.

O empregado público ou estatal, “mesmo sendo um assalariado livre como outro qualquer, do ponto de vista econômico está, no entanto, em outra relação, se não de capital, enquanto capital”. Ao não produzir mais-valia, ainda que seu trabalho seja necessário para o funcionamento do sistema, o servidor público não é produtivo “no sentido do capital”, ele se acha “em outra relação” com o capital, ajuda a produzir as condições gerais da produção, aumentando a força produtiva do capital.

**CIDADANIA COMO NEGAÇÃO DAS
CLASSES**

José Welmovicki

Extraído de:

José Welmovicki, “*Fórum Social Mundial: morte ao capitalismo ou capitalismo cidadão?*”, publicado em *Marxismo Vivo* nº 3, 2001.

Título nosso.

A expressão classes sociais, sejam as dominantes ou as exploradas, praticamente não apareceu no Fórum, como pode se ver nesses mesmos textos que citamos. Aí aparece o primeiro e decisivo problema da concepção cidadã: vê as terríveis divisões e a desigualdade social reinante como resultado de uma ordem perversa, fruto de uma opção política (no caso, da opção neoliberal), mas não ressalta a existência da dominação de classe que a sustenta. Não enfatiza que a concentração total da propriedade dos meios de produção, e o monopólio das finanças nas mãos de uma cada vez mais reduzida quantidade de grandes grupos multinacionais, são as causas de toda essa desigualdade. Que capital e trabalho têm a partir daí interesses antagônicos.

Em essência, para esses setores, a fonte da desigualdade não está no sistema de produção capitalista, mas no âmbito da distribuição, na “irracionalidade” da distribuição. Coerente com isso, os defensores da cidadania situam todas as suas propostas em uma tentativa recorrente de racionalizar a distribuição... no marco do próprio capitalismo. Pregam que é possível superar os graves e crescentes problemas sociais pela inclusão social, sem mexer na infra-estrutura econômica e na estrutura da sociedade. Pregam uma justa distribuição de renda sem dizer que para acabar com a desigualdade social é necessário expropriar os meios de produção, tomar as riquezas das mãos dos capitalistas e desse punhado de monopólios privados que dominam a economia e a sociedade em todo o mundo. Ou, tomando as palavras agitadas pelos manifestantes das ruas de Seattle e Praga, “o capitalismo mata: morte ao capital!”

Os argumentos dos defensores da possibilidade de uma cidadania sem destruir o capitalismo variam, mas costumam acentuar a possibilidade de uma gestão pública diferenciada a partir da participação política ampliada dos cidadãos, e de que não se pode mais pensar em uma revolução dos trabalhadores devido à perda de importância do trabalho, ou como dizem alguns deles, não

existiriam mais as bases objetivas para uma “utopia da sociedade do trabalho”, mas também porque as diferentes causas colocadas em questão pelos ataques do capital (ecologia, questão feminina, racial, infantil) põem outros sujeitos em ação.

Já no início do século 20, Rosa Luxemburgo, em seu clássico *Reforma ou Revolução* atacava aos que, como o dirigente social-democrata revisionista Bernstein¹⁹, queriam procurar uma saída acima das classes: “Fiel à sua lógica até o fim, ele mudou, junto com sua ciência, política, moral e maneira de pensar, a linguagem histórica do proletariado pela da burguesia. Quando utiliza a palavra ‘cidadão’ sem distinções para referir-se tanto ao burguês quanto ao proletário, querendo com isso, referir-se ao homem em geral, identifica o homem em geral com o burguês, e a sociedade humana como a sociedade burguesa.”

Trazendo essa discussão para os dias de hoje, quando se fala em obter a cidadania para todos, esquece-se que há uma guerra social entre o capital e os explorados, que os homens de Davos²⁰ não são cidadãos equivocados, mas os generais do capital reunindo-se para ver como e quantos seres humanos vão matar de fome nos próximos anos para que seus lucros astronômicos continuem a subir. Foi

exatamente esse o teor da pergunta que a líder das Mães da Praça de Maio, Hebe de Bonafini²¹, fez ao megainvestidor George Soros²² e seus colegas no debate via TV durante o Fórum. É necessário tirar as fontes de poder e riqueza das mãos desses “cidadãos” bilionários, que lhes permitem continuar a manter a maioria da humanidade na fome e na miséria. E isso significa expropriação dos meios de produção, que só pode ser imposta pela ação revolucionária das classes exploradas.

Como a teoria da cidadania vira uma ideologia

A teoria da cidadania cumpre uma função ideológica de primeira grandeza. Afinal, a ideologia da igualdade de todos nas democracias burguesas sempre foi uma das armas mais importantes da burguesia em sua disputa da consciência dos trabalhadores e explorados de modo geral. A idéia de que há um contrato social, um consenso entre indivíduos cujas oportunidades são iguais, oculta o monopólio, o totalitarismo terrível que se dá através da propriedade privada dos meios de produção e do poder econômico, impedindo a igualdade real. Em palavras de Marx e Engels, a “guerra social” permanente que opõe capital e explorados de forma implacável ou, em outros

termos, a lógica do lucro contra a lógica social. Por isso, todos aqueles que pregam a cidadania e a democracia como caminho para a conformação de uma sociedade de iguais, sem tocar no problema central da propriedade privada dos meios de produção, não fazem mais que repetir os dogmas mais difundidos da ideologia burguesa.

O outro ângulo pelo qual se torna uma ideologia é a proposta da chamada inclusão social, que aparece como a de incluir os marginalizados na sociedade como ela é hoje. Evidentemente é muito importante defender a manutenção e a extensão dos direitos sociais e democráticos a toda a população. Mas essa idéia da inclusão se transforma em discurso para colocar a possibilidade de conseguir uma distribuição de renda justa, sem modificar a ordem. E acaba por ter como conseqüência prática, em nome da democracia, defender a ordem na qual seria possível melhorar e ter acesso à cidadania.

Ao definirem esse eixo os defensores da cidadania aceitam também (são os deveres do cidadão) a ordem vigente capitalista, inclusive igualam-se programaticamente aos partidos burgueses, que, com raras exceções, defendem também a “melhoria da ordem”, desde que se respeitando as leis.

Então essa teoria é a versão para o século 21 da ideologia reformista da colaboração de classes. Justifica,

fundamenta e “autoriza” a participação na gestão do Estado burguês, sob o argumento de que seria possível e, óbvio, extraordinariamente positivo, a conquista dos direitos-cidadãos, através de uma simples gestão “honestá”, “popular” e democrática do Estado. Sua omissão sobre a raiz da desigualdade social ou a ilusão que alimenta sobre a possibilidade de superar as contradições ao nível local, e sem tocar nas estruturas da propriedade privada, serve para desviar o movimento operário e popular, levá-lo à conciliação de classes.

Por exemplo, quando dão como alternativa a participação cidadã nas gestões locais: “Contra quem é o Orçamento Participativo?”, pergunta Bernard Cassen em seu artigo Democracia participativa em Porto Alegre. E responde: “contra ninguém, é a favor de todos”. Ou seja, na visão dos defensores da participação cidadã, é possível ter propostas que “todos aceitem”, e que sejam do interesse social, da ampla maioria, dos explorados, sem entrar em choque com os donos do poder. É a mesma matriz dos projetos de “desenvolvimento local”, de “melhoria no emprego” pelo qual chamam empresários e trabalhadores a juntar-se. Mas a dura realidade não é bem assim. Capital e trabalho continuam a se enfrentar na guerra social implacável de todos os dias. A proposta

da cidadania evita que os explorados tomem consciência dessa contraposição, e se converte em um instrumento de primeira grandeza contra a organização independente da classe trabalhadora.

**RACISMO E MERCADO DE TRABALHO
OPRESSÃO TRANSFORMADA EM
SUPEREXPLORAÇÃO**

Wilson Silva

Como vimos, a combinação entre a exploração econômica e o racismo acirrou-se no início do processo de industrialização brasileiro. Também como vimos, as teorias do embranquecimento e da democracia racial foram colocadas a serviço do projeto de inserção do país no mercado capitalista moderno.

Neste sentido, ainda a título de resgate, e diante da importância que este tema tem em relação ao debate no interior da classe, também cabe ressaltar a profunda diferença que marcou a constituição da classe trabalhadora brasileira: de um lado, brancos pobres, descendentes de colonos miseráveis ou imigrantes; do outro, negros estigmatizados como “peças”.

Para exemplificar o significado disto, alguns poucos números são bastante reveladores. Sabe-se, por exemplo, que em 1888, ou seja, no ano da abolição, entraram cerca de 90 mil trabalhadores europeus somente em São Paulo. O ritmo da imigração, contudo, acelerou-se rapidamente, tão rápido quanto a inserção desses novos trabalhadores no mercado de trabalho, em detrimento da criação de vagas para aqueles homens e mulheres que apenas haviam se livrado da escravidão.

Para se ter uma idéia da situação aberta com essa nova realidade, basta citar dados levantados por George Andrews e divulgados por Otávio Ianni, em *Raça e Classe no Brasil*, referentes à situação da mão de obra apenas cinco anos após a abolição:

“O censo de 1893 da cidade de São Paulo mostrou que 72% dos empregados do comércio, 79% dos trabalhadores das fábricas, 81% dos trabalhadores do setor de transporte e 86% dos artesãos eram estrangeiros. Uma fonte de 1902 estimou que a força de trabalho industrial na capital era composta de mais de 90% de imigrantes; em 1913, o *Correio Paulistano* estimou que 80% dos trabalhadores do setor de construção eram italianos; e um estudo de 1912 sobre a força de trabalho em 33 indústrias têxteis do estado descobriu que 80% dos trabalhadores têxteis eram estrangeiros, a grande maioria italianos.”²³

Já um censo realizado nas indústrias paulistas, em 1901, demonstrou que havia apenas 10% de brasileiros entre os trabalhadores, ou seja, a grande maioria era formada por imigrantes europeus e, conseqüentemente, a enorme e majoritária massa de negros (que formavam algo em torno a 80% da população) já se encontrava nas ruas, desempregados ou submetidos a alguma forma de subemprego.

Esta situação, de certa forma, vigora até hoje. Apesar dos negros formarem um contingente significativo da classe trabalhadora brasileira, sua participação efetiva no mercado de trabalho está marcada por uma gigantesca diferença em relação aos brancos.

Dentre estes dados, talvez nenhum seja tão evidente como os números referentes à diferença salarial existente entre negros e brancos (tabela 1).

Ano após ano, pesquisa atrás de pesquisa, esta proporção se mantém. Em março de 2004, o IBGE, com base na PME (Pesquisa Mensal do Emprego), revelou que negros e “pardos” recebiam a metade da renda dos brancos. A renda média do branco correspondia a R\$ 1.096 e a dos “pardos” e negros correspondia à metade: R\$ 535.

Em Salvador, onde 87% da população em idade ativa (de 10 anos ou mais) são de cor preta ou “parda”, a renda recebida por um trabalhador branco chega a superar em quase três

vezes a recebida por um trabalhador negro ou pardo.

O levantamento mostra ainda que a maioria (63,9%) de negros e pardos recebia até dois salários mínimos. Entre os empregados brancos, o percentual que recebeu até dois salários mínimos foi de 39,2%.

Apenas a título de oferecer uma síntese, podemos afirmar que, independentemente do instituto de pesquisa, a proporção salarial entre negros e brancos acompanha os índices apontados pela pesquisa realizada pelo Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial (Inspir)²⁴ e divulgados no Mapa da população negra no mercado de trabalho no Brasil²⁵, publicado em outubro de 1999²⁶(tabela 2):

Além disso, uma infinidade de outros dados pode ser utilizada para denunciar as nefastas conseqüências do racismo no mercado de trabalho, bem como a cínica hipocrisia com a qual a burguesia convive com este fato.

Sabe-se, por exemplo, que os negros e negras formam a grande maioria do exército de desempregado e são, comprovadamente, os primeiros a serem demitidos em períodos de crise. Também não é nenhuma novidade que exigências como “boa aparência”, utilizada como código para “branco”, são usadas até hoje como forma de exclusão dos negros do mercado de trabalho. Neste sentido, cabe ressaltar que, até 1950 (antes da aprovação da Lei Afonso Arinos), os anún-

cios de empregos eram explícitos quanto a não aceitação de “pessoas de cor”.

Os dados da tabela 3 foram retirados do site da Secretaria Especial de Promoção de Políticas Raciais (Seppir) e têm sido utilizados para “embasar” as políticas raciais do governo. Contudo, o que este mesmo governo omite é que a aplicação de seus projetos e reformas só faz aumentar a superexploração de negros e negras.

Exemplo claro disto é o das privatizações. No final da década de 1990, o Sindicato dos Bancários de São Paulo fez um levantamento que demonstrava que, apesar de todas as dificuldades, os trabalhadores negros têm quatro vezes mais chances de ser empregados num banco estatal do que num privado.

Se entre os que ganham pouco, a situação do trabalhador negro já é crítica, não é preciso muito esforço para se imaginar o que acontece quando o nível salarial aumenta. Uma pesquisa realizada pelo Instituto Ethos nas 500 maiores empresas do país, cruzada com dados levantados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em base à PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 1999, revelou que negros (que na pesquisa englobam os que declaram negros e pardos) ocupam apenas 6% das vagas na direção das companhias

atualmente.

As profundas diferenças salariais existentes entre negros e brancos originam uma situação óbvia. Segundo dados também divulgados pela Seppir, os negros representam 69,3% da camada constituída pelos 10% mais pobres e, apenas, 8,2% da constituída pelos 1% mais ricos.

Para subsidiar o debate, iremos listar abaixo outros dados que, coletados em diferentes fontes, ratificam a profunda relação em marginalização racial e exploração capitalista:

Crianças e jovens negros começam a trabalhar mais cedo comparativamente aos brancos. Na região metropolitana de Salvador, por exemplo, cerca de 50% dos jovens negros se dedicam apenas aos estudos; enquanto entre os brancos, este número salta para 72,3%. (Inspir, 1998, p. 8)

A jornada de trabalho dos negros é duas horas superior a dos brancos: em média, os brancos trabalham 42 horas semanais, contra 44 horas de trabalho dos negros e negras. Na região de São Paulo, 45,3% dos trabalhadores negros possuem jornada superior à jornada legal, ao passo que 38,6% dos brancos encontram-se nesta situação (Inspir).

Negros trabalham mais e recebem menos. Em Recife, por exemplo, 61% dos negros recebem no máximo dois salários mínimos contra 46% dos brancos. Por outro lado, apenas 4% dos negros têm rendimentos superiores a 10

salários mínimos, quase três vezes menos que a proporção de brancos (11%). (Inspir)

Outra faceta fundamental dos projetos neoliberais é a precarização e vulnerabilidade do trabalho. Ou seja, trabalhadores sem carteira assinada, “autônomos”, empregados domésticos etc. Em Salvador, enquanto 32,2% dos trabalhadores brancos viviam nesta situação no final dos anos 90, o índice entre negros chegava a 42,2%. Já no Recife, a relação era de 36,8% (brancos) e 44,7% (negros). (Inspir)

Em nível nacional, enquanto no setor privado, 59,7% dos trabalhadores brancos têm carteira assinada, somente 39,8% dos negros têm acesso a este direito.

Há muito se sabe que, em média, uma mulher negra ganha um terço do que é pago aos homens brancos. Contudo, cabe ressaltar que, mesmo entre as mais exploradas, o racismo impõe diferenças: a renda média de uma empregada doméstica branca é de R\$ 405, a de uma negra é de R\$ 354 (12,4% a menos).

Machismo rima com racismo

No decorrer dos textos, apresentamos uma série de dados que demonstram como a somatória das discriminações e marginalização resultantes do racismo e do machismo

atinge em cheio a mulher negra, tornando sua situação particularmente dramática. Aqui, apenas para auxiliar na formulação dos pontos do programa, apresentaremos alguns dados esparsos complementares:

O contingente de mulheres negras em atividades domésticas é sempre muito alto em todas as capitais pesquisadas. Em Belo Horizonte, por exemplo, o percentual de negras em emprego doméstico (31%) é mais do que o dobro do percentual de brancas (14,2%). No Distrito Federal, cerca de 45% das negras encontram-se ocupadas em atividades consideradas vulneráveis. Em Salvador, 36,2% das mulheres brancas concluíram o ensino universitário, contra apenas 10,9% de negras que conseguiram alcançar este nível de ensino.

Além de todas as conseqüências concretas da marginalização social, mulheres negras são cotidianamente vitimadas pelo abuso e violência sexual. Uma realidade em muito relacionada à imagem que se construiu em torno da “mulata”, lamentavelmente sintetizada em um asqueroso ditado popular citado por Gilberto Freyre: “Branca para casar, mulata para foder, negra para trabalhar”.

Logo após a abolição, uma grande maioria de mulheres negras se deparou com uma realidade que até hoje, lamentavelmente, marca suas vidas. Como vimos, na virada do século, diante das dificuldades que os homens negros

encontravam no mercado de trabalho, muitas foram as mulheres que tomaram para si a responsabilidade de sustentar a família, exercendo os chamados serviços domésticos para os quais haviam sido treinadas nas casas-grandes.

Além do estigma que as persegue no mercado de trabalho, as companheiras negras ainda enfrentam uma terrível situação quando voltam para suas casas. Pesquisas vêm apontando há anos que o número de casas chefiadas por mulheres (viúvas, descasadas, abandonadas pelos maridos ou solteiras) é crescente, atingindo, hoje, cerca de 30%. Geralmente, são estas as mulheres que também têm os menores rendimentos salariais.

Segundo o estudo *A População Negra em Mercados de Trabalho Metropolitanos*, do DIEESE, as mulheres negras são maioria entre trabalhadores sem carteira e empregados domésticos ou trabalhos familiares ou não-remunerados. Cerca de metade das trabalhadoras negras ocupam vagas no chamado trabalho vulnerável, em São Paulo (50,7%), Salvador (53,1%) e Recife (50,9%). Em Belo Horizonte o índice vai a 46,4%; em Porto Alegre, 47,5%; e no Distrito Federal, 41%. Ainda segundo o DIEESE, as negras, em média, trabalham mais. A jornada média semanal, no Distrito Federal, por exemplo, é de 38,4 horas para as negras e 38 horas para as mulheres brancas.

Por fim, três vezes mais mulheres negras morrem na idade reprodutiva por complicações na gravidez, parto e puerpério (pós-parto) na comparação com as mulheres brancas.

Sem fronteiras

Em maio de 2005, os “chicanos”, latinos e demais imigrantes norte-americanos, resgataram o Primeiro de Maio, como Dia Internacional do Trabalhador e promoveram uma greve geral de um dia, que paralisou significativos setores do país.

Também nos EUA, há décadas é travada uma luta pela libertação de Mumia Abu Jamal, jornalista e militante do movimento negro (ex-Pantera Negra) que está desde 1981 no corredor da morte. Jamal é símbolo da luta contra um sistema judicial racista, que faz com que, mesmo compondo apenas 13% da população, negros norte-americanos formem a maioria daqueles condenados à morte no país de Bush.

Em novembro de 2005, milhares de jovens de origem árabe ou africana promoveram uma onda de mobilizações na França, contra a completa segregação em que vivem. A explosão na França foi apenas um episódio na crescente onda de confrontos entre imigrantes e seus descendentes nos países europeus, o que já transformou a questão da imigração num dos principais temas do debate político no continente.

Paralelo à organização e mobilização dos imigrantes, há um crescimento assombroso de grupos neofascistas e neonazistas, que já cometeram milhares de ataques em quase todos os países europeus. Além disso, em vários países, como França e Áustria, partidos abertamente xenófobos e neofascistas têm-se destacado em disputas eleitorais. Os grupos neonazistas têm ramificações em todo mundo, inclusive no Brasil.

Tabela 1: A desigualdade em números. Entre negros, a renda chega a ser quase duas vezes menor.

Rendimento médio real dos ocupados em 2003 (R\$)		
Região	Negros*	Não-negros
Salvador	544	1.179
São Paulo	598	1.147
Distrito Federal	997	1.558
Recife	452	719
Belo Horizonte	601	871

Fonte: DIEESE/Seade, TEM

(*) negros: pretos e pardos; não-negros: brancos e amarelos/orientais.

Tabela 2. Índice do rendimento médio mensal segundo raça e sexo nas regiões metropolitanas em 1998

Região Metro- politana	Mulheres negras	Homens negros	Mulheres não-negras	H o m e n s não-negros*
São Paulo	33,6	50,6	62,5	100,0
Salvador	28,3	47,4	63,1	100,0
Recide	36,8	57,8	62,5	100,0
D. Federal	47,0	68,0	70,7	100,0
B. Horizonte	36,1	75,9	62,1	100,0
Porto Alegre	46,7	66,0	70,5	100,0

(*) Rendimento médio mensal do homem não-negro = 100.

Fonte: DIEESE/SEADE e entidades regionais, PED.

Tabela 3. Desemprego é maior entre os negros.

Taxa de desemprego em cinco regiões metropolitanas e DF		
Região	Negros*	Não-negros
Salvador	28,9	20
São Paulo	24	16,9
Distrito Federal	23,9	17,8
Recife	22,9	19,1
Belo Horizonte	20,7	16,2

(*) negros: pretos e pardos; não-negros:brancos e amarelos/orientais.

Fonte: DIEESE/Seade, TEM

O ACORDO DAS MONTADORAS

Teones França

Extraído de:

Teones França, “Sindicalismo e reestruturação produtiva: notas para uma análise baseada na luta de classes”, publicado na Revista Outubro

Em fevereiro de 1993, foi assinada a segunda versão do acordo das montadoras, aprofundando marcos estipulados na primeira versão. Além do governo da União e do estado de São Paulo, assinaram esse acordo os Sindicatos dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Betim e São Paulo (dirigido pela Força Sindical, que começou a participar de forma mais ativa, especialmente através dos metalúrgicos da capital paulista, a partir do primeiro acordo, pois percebeu o enorme espaço alcançado por este na sociedade).

De acordo com o Boletim do DIEESE, de março de 1993, entre outras cláusulas, constava nesse acordo:

Emprego: buscar-se-ia, durante a vigência do acordo, a ampliação do nível de emprego, que teria como metas

preliminares: mais quatro mil nas montadoras, mais cinco mil na comercialização, mais onze mil no setor financeiro e mais setenta mil nos demais setores, o que daria um total de noventa mil empregos, além dos já existentes;

Salário: a categoria teria o seu salário reajustado mensalmente, a título de antecipação compensável nas datas-base. As empresas comprometiam-se a conceder aumento real de 20%, divididos em três parcelas de 6,27% em 1º de abril dos anos 1993, 1994 e 1995;

Impostos e lucros: o governo comprometia-se a reduzir o IPI em 6% e as empresas a reduzirem seus lucros em 5%, reduzindo em 11% o preço total dos veículos.

Percebe-se certa ampliação em determinadas propostas em comparação à primeira versão, especialmente no que diz respeito a salário, preço e lucro.

Alguns autores²⁷, aplaudindo efusivamente esses acordos, justificam a sua positividade salientando que, com eles, a produção e a venda dos veículos cresceram bastante em função do aumento da demanda, assim como as perdas salariais foram recuperadas e o nível de emprego manteve-se estável.

A tabela abaixo que trata de produção e emprego nas montadoras de automóveis a partir dos anos oitenta, nos ajuda a rebater algumas dessas conclusões.

Tabela 4: Produção e emprego na indústria montadora
(emprego em 31 de dezembro de cada ano)

Ano	Veículos	Trabalhadores	Veículos por trabalhador
1980	1.165.174	133.683	8,7
1981	780.883	103.992	7,5
1982	859.304	107.137	8,0
1983	896.462	101.087	8,9
1984	864.653	107.447	8,0
1985	966.708	122.217	7,9
1986	1.056.332	129.232	8,2
1987	920.071	113.474	8,1
1988	1.068.756	112.985	9,5
1989	1.013.252	118.369	8,6
1990	914.446	117.396	7,8
1991	960.044	109.428	8,8
1992	1.073.761	105.664	10,2
1993	1.391.376	106.738	13,0
1994	1.581.389	107.134	14,8
1995	1.629.008	104.614	15,6
1996	1.813.881	102.072	17,8

Fonte: Anfavea (1996) e Carta da Anfavea (jan. 1997), In: Bresciani, 1997, pp. 47-48.

Observamos que a produção de veículos nas montadoras só consegue superar os números iniciais da década de 1980 em 1993, ou seja, um ano após a assinatura do primeiro acordo das montadoras, e vai em um crescente pelo menos até 1996. Em relação ao emprego, supera, em 1992-93, a queda do início dos anos 1990, mas em patamares bem inferiores à década de 1980, para retomar a queda nos anos finais da tabela. Em contrapartida, a média de veículos fabricados por trabalhador cresce em uma proporção assustadora chegando a dobrar nos últimos cinco anos analisados.

Os dados abaixo permitem uma visão mais nítida em relação ao momento anterior e posterior aos acordos.

Tabela 5: Montadoras (Brasil)

	1991	1995	Crescimento
Produção	960,2 mil	1.635,6 mil	70%
Emprego	109,2 mil	103,9 mil	-5%
Produtividade	8,8%	15,7%	78%

Tabela 6: Autopeças (Brasil)

	1991	1995	Crescimento
Faturamento	US\$9,8 bi	US\$17 bi	74%
Emprego	255.600	223.900	-12%
Produtividade	US\$ 38,5 mil	US\$ 75,9 mil	97%

Fonte: Boletim DIEESE, set. 1996, nº 186, p. 6.

Não é preciso grande conhecimento em matemática para perceber que três anos após o primeiro acordo das montadoras os empresários puderam festejar o aumento do seu faturamento em decorrência do crescimento da produtividade, enquanto para os trabalhadores, pelo menos no que diz respeito à manutenção do emprego — um dos pontos acordados entre as partes tanto em 1992 como em 1993 — os resultados não foram tão favoráveis, acumulando uma queda de 5% nas montadoras e 12% no setor de autopeças. Não esqueçamos que o segundo acordo previa não somente a manutenção do nível de emprego, mas também o seu crescimento.

O pequeno aumento do número de trabalhadores na indústria automobilística brasileira nos dois anos posteriores ao acordo não significou diminuição da intensidade do ritmo de trabalho, pois a média de veículos produzidos por cada operário permaneceu ascendente. Isso demonstra que o acordo, apesar de expressar uma novidade na relação capital-trabalho em nosso país, não rompia com a lógica da mais-valia relativa que permeia as transformações na produção ao longo de toda a história do capitalismo: mais tecnologia, menos trabalhadores, mais produção e, conseqüentemente, mais lucro. Portanto, o acordo, em nenhum

momento, expressou uma maior democratização das relações de trabalho.

Dos três setores que compunham esse pacto tripartite, apenas o empresariado teve o que comemorar, já que as cláusulas que poderiam beneficiar os trabalhadores não foram atingidas a contento, assim como a renúncia fiscal criou, sem dúvida, mais problemas para a combalida economia brasileira.

O debate sindical e acadêmico

Entre os grandes sindicatos metalúrgicos paulistas houve divergência quanto à participação dos representantes da categoria nessas negociações. Em materiais distribuídos aos trabalhadores, os sindicatos de São José dos Campos e Campinas demonstram total descontentamento com as Câmaras Setoriais. Para eles se tratava de “um pacto social disfarçado... e como todo pacto, boa coisa não [iria] sobra[r] para os trabalhadores”²⁸.

Os sindicatos dessas duas cidades distribuíram coletivamente, em 1993, um cartaz onde apresentavam os motivos pelos quais os trabalhadores não deveriam concordar com a proposta acordada nas Câmaras Setoriais: a proposta não repunha as perdas salariais; condicionava o emprego à

produção definida pelos patrões; privilegiava os empresários com redução de impostos; não iria melhorar o nível de emprego; não garantia o controle dos lucros dos empresários; dava fôlego ao governo Itamar Franco para que continuasse a implementar a sua política neoliberal; não representava a vontade da categoria, exceto a de São Bernardo do Campo; atrapalhava a campanha salarial e as lutas com outras categorias; e não seria estendido ao conjunto da categoria²⁹.

No entanto, para a direção metalúrgica de São Bernardo do Campo, o acordo automotivo, firmado em 1993, era histórico por três motivos em especial: pelo seu conteúdo em termos de relação capital-trabalho, que avançava em direção ao contrato coletivo; pelo retorno do planejamento econômico; e pela real possibilidade de negociação da reestruturação industrial, que daria condições de competitividade à indústria brasileira, sem que isto significasse desemprego e rebaixamento salarial³⁰.

Como vemos, a polêmica entre os sindicalistas — que não ficou restrita aos metalúrgicos e se acirrou nos encontros da Central Única dos Trabalhadores ocorridos no período — dava-se essencialmente em torno da correção ou não dos trabalhadores gerenciarem, ao lado dos empresários, os problemas do capitalismo. Para a direção dos metalúrgicos de São Bernardo, os patrões poderiam

ser parceiros na elevação da competitividade da indústria automobilística nacional, o que, ao final, traria benefícios para os trabalhadores, no que concerne a emprego e salário. Já para os dirigentes do setor em São José dos Campos e em Campinas, essa parceria seria impossível porque os patrões sempre buscarão a manutenção, ou mesmo o aumento, de seus lucros. Em última instância, a polêmica, por mais que estivesse camuflada pelas questões imediatas, como salário e emprego, pautava-se pela atualidade em enxergar a sociedade capitalista contemporânea a partir do ponto de vista marxista da luta de classes.

Esse debate se expandiu pela sociedade e adentrou os muros das universidades. Embora, nesse campo, pudéssemos encontrar análises como a de Ricardo Antunes, considerando que as experiências das Câmaras Setoriais resultaram num grande fracasso para o conjunto dos trabalhadores em função das perdas de postos de trabalho e do impacto negativo do abandono da perspectiva transformadora³¹, a posição que prevaleceu foi a que simpatizava com a postura dos dirigentes de São Bernardo.

Com essa visão, além dos autores já citados, destacou-se Francisco de Oliveira, advogando a tese de que os acordos tripartites pautam-se numa maior democracia das relações entre capital e trabalho. No entanto, o elemento central,

escamoteado, continua sendo a questão da classe e/ou do conflito de classe.

Segundo este autor, a participação dos trabalhadores em acordos e negociações com empresários e governo é importante porque não interferir no mercado e deixá-lo à mercê de patrões e governo não será suficiente “para a garantia de um avanço civilizatório”, e pode significar, nas condições brasileiras, não apenas a desindustrialização, mas a “barbárie social”³²

Fica obscuro o que o autor entende como civilizatório, o que nos faz concluir que seriam soluções pouco traumáticas para os atores envolvidos na disputa. Da mesma forma, há uma boa dose de utopia em acreditar que a participação dos trabalhadores em fóruns tripartites será decisiva para evitar a barbárie social no Brasil. Esta pode ser uma responsabilidade muito grande sobre os ombros daqueles que estão representando o trabalho nas mesas desses acordos.

Oliveira considera que o acordo das montadoras poderia representar uma radical inovação nas relações capital-trabalho no Brasil, que teria muito a contribuir para moldar uma nova forma da política no Brasil. E continua sua análise:

“A primeira de suas características inovadoras diz respeito a seu objetivo: não sendo um produto ex abrupto na história das relações entre duas poderosas categorias sociais

— poderosamente desiguais, assinale-se —, ele é também uma ruptura ou um marco no sentido de que a manutenção ou aumento das vendas e fim das demissões não foram subprodutos mínimos de negociações, mas seu objeto prioritário. Isto é, o ‘empate’ não foi produzido pela incapacidade de cada contendor para levar seu adversário à lona, mas era o resultado para o qual os contendores entraram no ringue. Isto assinala, do ponto de vista das relações capital-trabalho, uma transformação de uma relação de anulação para uma relação que, sem deixar de ser antagônica quanto aos seus interesses em jogo, muda a natureza desse antagonismo, tornado agora algo como um antagonismo convergente”³³.

Aí está a justificativa (ou permissão) teórica para que o sindicalismo, outrora combativo, pudesse se tornar propositivo sem culpas, não se enxergando como conciliador. Oliveira não nega a permanência na atualidade da desigualdade entre as classes, mas nega aquilo que é crucial para fazermos uma análise baseada na luta de classes: a divergência entre elas. Ao considerar que o acordo das montadoras foi positivo porque expressou um antagonismo convergente, o autor acaba por defender a possibilidade de cooperação mútua entre as classes. É o “empate”, ou a “soma zero”. Ninguém ganha, mas não perde (mais) também. Capital e trabalho

estão, assim, livres para serem parceiros e não se anularem, mas convergirem para obter ganhos mútuos, como nesse caso, aumento das vendas e fim das demissões.

Ainda para Oliveira, nesse acordo os adversários abandonaram a postura excludente de outros conflitos “para uma postura que chamaríamos compreensiva”. As negociações caminharam para uma via em que “ambos os contendores procuraram manter seus interesses, mas identificando antes na recessão o inimigo principal”³⁴.

Os antes inimigos divergentes, nesse momento procuraram, “civilizadamente”, encontrar uma saída conjunta e perceberam que o principal inimigo era a recessão. Pergunta simples: que análise podemos fazer da origem da recessão? Não seria esta oriunda da crise do capital e, logo, originada pelos próprios capitalistas? Se for assim, o que os trabalhadores fazem contribuindo para a solução de uma crise que não criaram? Que ganhos eles podem ter? Acima observamos que no caso do acordo das montadoras, não tiveram muitos.

Em suma, uma análise como a que foi feita por Oliveira e pelos sindicalistas metalúrgicos de São Bernardo do Campo só é possível suprimindo-se o conflito entre as classes, aspecto tão caro aos marxistas.

NOTAS

1 Karl Marx (1818-1883), principal elaborador do materialismo dialético e da doutrina da luta de classes, desvendou o funcionamento do sistema capitalista em sua principal obra, O Capital. Junto com Engels, escreveu o Manifesto Comunista e participou ativamente da Primeira Internacional.

2 Friedrich Engels (1820-1895), foi, junto com Marx, o fundador do socialismo científico. N. do E.

3 Por burguesia compreende-se a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social que empregam o trabalho assalariado. Por proletariado compreende-se a classe dos trabalhadores assalariados modernos, que privados, de meios de produção próprios, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviverem. (Nota de F. Engels à edição inglesa de 1888).

4 Isto é, a história escrita. A pré-história, a história da organização social que precedeu toda a história escrita, era ainda, em 1847, quase desconhecida. Depois, Haxthausen descobriu a propriedade comum da terra na Rússia. Maurer demonstrou que esta constituía a base social de onde derivavam historicamente toda as tribos teutônicas e verificou-se pouco a pouco que a comunidade rural com posse coletiva da terra era a forma primitiva da sociedade, desde as Índias até a Irlanda. Finalmente, a organização interna desta sociedade comunista primitiva foi desvendada em sua forma típica pela descoberta decisiva de Morgan que revelou a natureza verdadeira da gens e de sua relação com a tribo. Com a dissolução dessas comunidades primitivas, começa a divisão da sociedade em classes diferentes e finalmente antagônicas. Procurei analisar esse processo na obra *Der Ursprung der Familie, des privateigentum und des Staats* (A Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado), 2º ed., Stuttgart, 1886. (Nota de F. Engels à edição inglesa de 1888)

5 Nicolai Bukharin (1888-1938), membro do Comitê Central do Partido Bolchevique, editor do jornal Pravda. Aliou-se a Stalin após a morte de Lenin. Em 1938 foi executado nos Processos de Moscou. N. do E.

6 Eugene Preobrazhenski (1886-1937), membro do Comitê Central do Partido Bolchevique russo até 1921., depois membro da Oposição de Esquerda, dirigida por Trotsky. Um dos principais economistas do partido. Em 1937 foi fuzilado a mando de Stalin, após se recusar a “confessar” os falsos crimes de que foi acusado nos Processos de Moscou. N. do E.

7 Esta obra dos dois dirigentes e teóricos de economia do Partido

Bolchevique russo foi escrita em 1919 para ser usada nos cursos básicos do partido. N. do E.

8 Hoje, pode-se dizer o mesmo em relação à fabricação de armas e drogas. No período em que o texto foi escrito, o governo bolchevique travava uma dura batalha contra o alcoolismo na sociedade russa. N. do E.

9 Refere-se à Primeira Guerra Mundial, de 1914 a 1918. N. do E.

10 As “caixas de resistência” correspondem ao fundo de greve. N. do E.

11 Rosa Luxemburgo (1870-1919), socialista revolucionária de origem polonesa, combateu o reformismo no interior do Partido Social-Democrata Alemão e da Segunda Internacional. Foi brutalmente assassinada pelo governo da social-democracia, na insurreição dos operários de Berlim, em 1919. Chamada por Lenin de a “águia da social-democracia”.

12 A Sagrada Família

13 Gurevicht

14 “Feuerbach, A oposição entre as Concepções Materialista e Idealista”, A Ideologia Alemã, ed. Estampa, p. 101

15 O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte, p. 53

16 “Feuerbach, A oposição entre as Concepções Materialista e Idealista”, A Ideologia Alemã, ed. Estampa, p. 68

17 A Miséria da Filosofia

18 Refere-se ao artigo “La definición marxista de classe obrera”, publicado na revista Correo Internacional nº 24, de outubro de 1986, de autoria de Osvaldo Garmendia, ex-militante da Liga Internacional

dos Trabalhadores.

19 Eduard Bernstein (1850-1932), dirigente e teórico do Partido Social-Democrata Alemão e da Segunda Internacional, defendeu a luta por reformas no capitalismo em oposição ao marxismo revolucionário. N. do.E.

20 Refere-se aos grandes capitalistas e intelectuais burgueses do Fórum Econômico Mundial, que se reúnem anualmente na cidade suíça de Davos. N. do E.

21 Hebe de Bonafini é a dirigente histórica das Mães da Praça de Maio, organização formada pelas mães dos presos políticos desaparecidos e mortos durante a ditadura militar da Argentina. N. do E.

22 George Soros (1930 -), bilionário de origem húngara que fez fortuna nos Estados Unidos através da especulação financeira. N. do E.

23 George Andrews, *Negros e Brancos em São Paulo*, São Paulo, Edusc, 1978, p. 112

24 O Inspir é formado por várias centrais sindicais do continente (as brasileiras CUT, CGT, Força Sindical, a norte-americana AFL-CIO e a ORIT, Organização Regional Interamericana dos Trabalhadores, sediada em Caracas). O “Mapa” foi elaborado em parceria com o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sociais (DIEESE), o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT) e a publicação foi patrocinada pelo Centro de Solidariedade da AFL-CIO.

25 Neste texto estão sendo utilizadas duas versões deste Mapa: uma integral, a partir de agora denominada Mapa/Inspir e outra resumida,

distribuída amplamente entre sindicatos e entidades do movimento negro, que será identificada como Cartilha/Inspir.

26 Na versão integral do documento, “brancos e amarelos” foram substituídos pelo termo “não negro”, que me parece mais apropriado para a metodologia da pesquisa.

27 Arbix, 1996; Cardoso e Comin, 1995; Schürmann, 1998

28 Jornal do Metalúrgico, 26/01 a 1/02/1993

29 Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Campinas, s/d

30 Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, junho/1993

31 Antunes, 1999, p. 241

32 Oliveira, 1998, p.187

33 Oliveira, 1993, pp. 5-6, grifo meu

34 Idem

O ORGANIZADOR

Wiliam Donizeti Felipe é membro da Coordenação do ILAESE – Instituto Latino-Americano de Estudos Sócio-Econômicos. Fundado em 2003, o instituto vem atuando junto aos sindicatos e demais organizações do movimento dos trabalhadores nas tarefas de formação teórico-política e busca constituir-se como um espaço de discussão sobre os temas candentes da luta de classes e elaboração teórica. Dessa forma, o ILAESE realiza cursos de formação política e sindical, palestras, debates e seminários e promove a edição de um conjunto de publicações como cadernos de formação, cadernos de debates e cartilhas. Para maiores informações visite www.ilaese.org.br